

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A

e Controladas

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidado para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A E CONTROLADAS

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	15
Balanços Patrimoniais	18
Demonstração do Resultado	19
Demonstrações do resultado abrangente	20
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	21
Demonstrações dos fluxos de caixa	22
Demonstrações do valor adicionado	23
Nota explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	24



São Paulo, 18 de março de 2026 - Vivara Participações S.A. (B3: VIVA3; Bloomberg: VIVA3 BZ), a maior rede de joalherias da América Latina, apresenta hoje seus resultados do quarto trimestre e ano de 2025.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO FINANCEIRO

A VIVARA Participações S.A. (B3: VIVA3), a maior rede de joalherias da América Latina, apresenta os resultados do exercício de 2025 — um ano de consolidação da liderança da Companhia no setor e de reafirmação da força de suas marcas.

O 4T25 foi marcado por um excelente período de vendas com R\$ 1,4 bilhão de receita bruta, crescimento de 17,5% em relação ao mesmo trimestre de 2024. O ótimo desempenho da campanha de Black Friday potencializou as vendas do período, com destaque para a evolução das vendas digitais, que cresceram 31,4% ante o 4T24. Com esse desempenho, a Companhia encerra o exercício de 2025 atingindo uma receita bruta de R\$ 3,8 bilhões, crescimento de 16,2% versus 2024, sustentado pelo desempenho resiliente das vendas mesmas lojas (SSS) de 11,8% no ano e pela expansão da base de lojas — 25 lojas inauguradas no 4T25 e 42 no acumulado de 2025 (aberturas líquidas totalizam 41 devido a conversão de um quiosque).

A Companhia manteve suas margens nos elevados patamares característicos do modelo de negócio. A margem bruta atingiu 69,6% no ano, enquanto a margem EBITDA Ajustada totalizou 25,3%. Em bases comparáveis, desconsiderando o efeito da alocação dos Gastos Gerais de Fabricação (GGF)¹ e em regime de receita subvenção estável², a Companhia registrou margem bruta em linha com 2024 e expansão de 0,4 p.p. na margem EBITDA Ajustada. Este resultado reflete a gestão contínua de (i) precificação e markup, (ii) avanço de subcategorias de melhor rentabilidade, como a coleção Duo, que avançou 2,1 p.p. no mix da Vivara, (iii) evolução da margem de relógios com renegociação de fornecedores estratégicos, (iv) relevância da produção em Manaus (86,2% Vivara; 58,3% Life) e (v) disciplina operacional na gestão de despesas.

Em 2025, a Vivara continuou a consolidação da sua posição no mercado brasileiro de joias, fortalecendo posicionamento aspiracional e emocional da marca. As campanhas protagonizadas por Gisele Bündchen, com as coleções Capri, Duquesa e Florence, conectaram tradição joalheira com modernidade, elevando o desejo e a percepção de valor da marca junto ao consumidor. A estratégia de combinar Vivara e Life demonstrou maturidade, com cada marca operando em posicionamentos complementares e capturando diferentes perfis de consumidoras. A Life segue na trajetória para se tornar uma marca independente. Com Marina Ruy Barbosa e Larissa Manoela como embaixadoras, a marca capturou o público jovem por meio joias de prata colecionáveis e da proposta de autoexpressão. O lançamento de coleções exclusivas contribuiu para a diferenciação e o fortalecimento da identidade da marca, que se prepara para celebrar 15 anos em 2026 com um robusto calendário de lançamentos.

No âmbito ESG, a adesão ao Responsible Jewellery Council (RJC) e o compliance com a Initiative for Responsible Mining Assurance (IRMA) demonstraram o compromisso com práticas responsáveis na cadeia produtiva. A campanha Outubro Rosa, em parceria com o IQeB, reforçou o propósito social da marca junto aos seus milhões de clientes.

O último trimestre do ano foi marcado pelo início da trajetória de otimização de estoque: a Companhia encerrou 2025 com estoque de R\$ 1.479 milhões, redução de R\$ 144 milhões versus 3T25. Ao expurgar o saldo dos Gastos Gerais de Fabricação, esse saldo reflete 537 dias de estoque, redução de 35 dias



versus o 4T24. Este cenário contribuiu para a forte geração de caixa operacional de R\$ 219,3 milhões no 4T25 e R\$ 203,7 milhões no ano, ambos após juros, imposto de renda e arrendamentos e desconsiderando a antecipação de recebíveis de cartão de crédito realizada em Dez/25 no valor de R\$ 163,8 milhões, - antecipação realizada para fazer frente ao pagamento de dividendos intercalares de R\$ 164 milhões também no mês de dez/25. A geração do ano foi R\$ 117,7 milhões acima a da registrada em 2024.

A Companhia tem um compromisso contínuo com o desenvolvimento e reconhecimento de talentos em todas as frentes do negócio. A expansão da rede com 42 novas lojas demandou investimentos relevantes em recrutamento, treinamento e capacitação de equipes de vendas, fortalecendo a cultura de encantamento ao cliente que é marca registrada da Companhia.

Encerramos 2025 com satisfação e agradecemos a todos que contribuíram para os resultados deste ano. Nosso reconhecimento aos nossos colaboradores, conselheiros, parceiros, investidores e, especialmente, aos nossos clientes, pela confiança ao longo de todo ano. Iniciamos 2026 com a clara visão sobre nossas prioridades: manutenção da trajetória de crescimento sustentável e a geração de caixa operacional, sem comprometer os elevados patamares de rentabilidade.

DESTAQUES:

- Inauguradas 41 novas lojas no ano, 39 lojas Life e 2 lojas Vivara. Ao todo são 497 no Brasil (267 Lojas Vivara, 219 Lojas Life e 11 Quiosques) e 1 loja no Panamá.
- Receita Bruta: **4T25:** +17,5% vs 4T24 | **2024:** +16,2% vs. 2024
- Receita Líquida: **4T25:** +16,5% vs 4T24 | **2024:** +17,4% vs. 2024
- SSS (canal físico) de 11,5% no 4T25 e 11,8%, em 2025
- Venda Digital: **4T25:** +31,5% vs 4T24 | **2024:** +19,5% vs. 2024
- Redução de dias de estoque: **4T25:** -94 dias vs. 3T25 | **2025:** -35 dias vs. 2024 | 537 dias (ex-GGF)
- Geração de Caixa Operacional: **4T25:** R\$ 219,3 MM vs -176,5 MM no 4T24 | **2024:** R\$ 203,7 MM vs 85,9 MM em 2024

Receita:

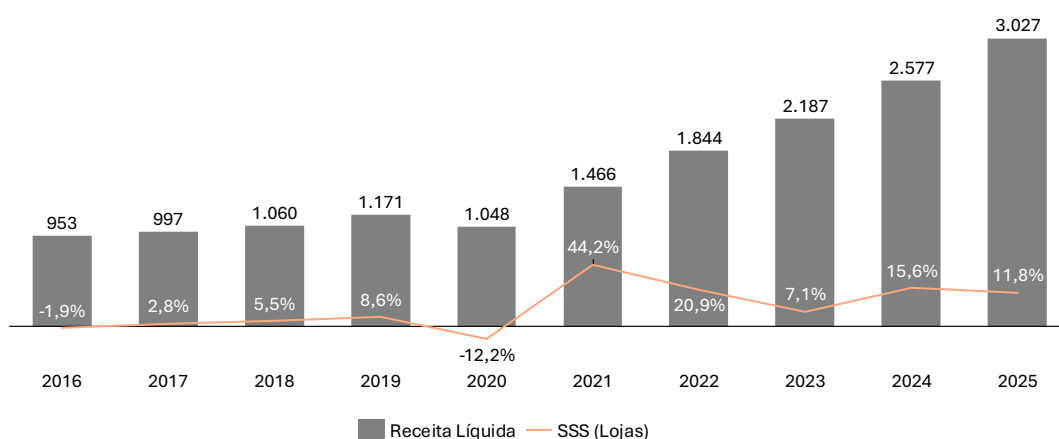
A Receita Bruta (líquida de devoluções) do 4T25 atingiu R\$ 1.365,7 bilhões, 17,5% superior à registrada no 4T24. O desempenho é corroborado (i) pelo crescimento de 11,5% de SSS, (ii) pela aceleração do canal digital e (iii) pelo aumento do número de lojas nos últimos 12 meses, com a adição de 41 pontos no período.

No trimestre, o canal lojas físicas apresentou crescimento de 14,5% em relação ao 4T24, devido à assertiva execução do calendário comercial, com destaque para as campanhas da Semana Ouro, Black Friday e Natal, com (i) crescimento de 11,5% de SSS e (ii) abertura de 25 novas lojas no período.



No período, destaca-se o forte desempenho da campanha de Black Friday, que potencializou as vendas digitais no trimestre com crescimento de 31,4% ante o 4T24. A maturidade da estratégia *omnichannel*, com a revisão das integrações sistêmicas focadas em evitar ruptura do canal, do desempenho do novo aplicativo, lançado no 2T25, e da iniciativa de *personal shoppers*, contribuíram para o aumento de tráfego, conversão e ticket médio no período. O canal digital representou 17,5% das vendas do período, aumento de 1,9 p.p. contra 15,6% registrado no 4T24.

O sucesso de vendas no período consolidou um robusto crescimento no ano, com crescimento de receita bruta anual de 16,2%. As lojas físicas registraram alta de 15,6% em 2025, e o canal digital cresceu 19,5% versus 2024, aumentando a participação sobre as vendas totais para 14,8% ante os 14,4% do ano anterior.



Vendas Digitais:

No trimestre, as vendas digitais somaram R\$ 238,8 milhões, crescimento de 31,5% em comparação ao 4T24. O forte desempenho do canal digital no trimestre reflete a maior maturidade da estratégia *omnichannel* da Companhia e a captura dos ganhos provenientes dos investimentos realizados ao longo do ano. As duas mais recentes iniciativas do canal atingiram marcas importantes: o (i) novo aplicativo já representou 15% das vendas do canal no 4T25, com poucos meses de operação, trazendo um tráfego direcionado e com uma taxa de conversão 140% acima do site, e (ii) o novo modelo de *personal shoppers* registrou faturamento de R\$ 8,6 milhões no período. Ambas as iniciativas citadas, impulsionaram o crescimento das vendas digitais, com destaque para o período da Black Friday, quando o canal apresentou elevada relevância na dinâmica comercial do trimestre. No ano, as vendas digitais totalizaram R\$ 561,6 milhões, representando avanço de 19,5% em relação a 2024.

A habilitação das lojas como *hubs* logísticos ampliou a capacidade de atendimento, reduzindo prazos de entrega e melhorando a disponibilidade de produtos no ambiente online. Esse modelo tem contribuído não apenas para o crescimento das vendas digitais, mas também para uma melhor alocação de estoques e maior eficiência na jornada *omnichannel* (OMS). As vendas OMS, que são vendas realizadas pelo *e-commerce* e faturadas pelas lojas, representaram 52,6% das vendas digitais no 4T25 e 45,4% no ano de 2025, aumento de 3,2 p.p. e 10,3 p.p. ante os respectivos períodos comparativos. O aumento de participação das vendas OMS mostra a importância da integração entre canais e o papel das lojas físicas como pontos estratégicos na execução do digital.



Todas as categorias apresentaram crescimento, tanto no trimestre quanto no ano, com destaque para a categoria Life com maior crescimento no trimestre de 47,6% no 4T25 comparado com 4T24, e 30,6% em 2025 comparado com 2024. O avanço é reflexo das assertivas campanhas de *Black Friday* e Natal, com execução de campanhas promocionais bem sucedidas, o contínuo engajamento nas mídias sociais impulsionado pelas embaixadoras Marina Ruy Barbosa e Larissa Manoela bem como posicionamento como presenteável e ticket médio favorável para venda a distância. A categoria de Joias cresceu 22,7% no trimestre, e 8,9% no ano, comparado com os mesmos períodos do ano anterior. A categoria de Relógios cresceu 15,9% no trimestre e 16,5% no ano comparado com os mesmos períodos do ano anterior.

Venda por categoria – Lojas Físicas:

No 4T25, as lojas físicas tiveram faturamento de R\$ 1.119,4 bilhões, uma expansão de 14,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No trimestre, a expansão do faturamento das lojas Vivara e Life foi de 12,5% e 20,4%, respectivamente. No conceito SSS, o crescimento consolidado foi de 11,5% sobre 4T24.

No ano de 2025, as lojas físicas tiveram faturamento de R\$ 3.223,9 bilhões, uma expansão de 15,6% na comparação com 2024. No ano, a expansão do faturamento das lojas Vivara e Life foi de 13,3% e 24,5%, respectivamente. No SSS, o crescimento consolidado foi de 11,8% sobre 2024.

Lojas Vivara:

Com 267 pontos de venda no Brasil e 1 no Panamá, as lojas Vivara apresentaram uma receita de R\$ 805,9 milhões no 4T25, com um crescimento de 12,5% e avanço de SSS de 12,2% comparado ao 4T24. O canal segue entregando forte desempenho, impulsionado pela (i) diligente gestão de *mark-ups*, e (ii) contínua inovação, com o aumento do sortimento de coleções Duo (prata-ouro) e joias com diamante de laboratório. No ano, as lojas Vivara alcançaram receita de R\$ 2.399,3 bilhões, com avanço de 13,3% na comparação com 2024 e SSS de 12,4%.

O nível de canibalização gerado pela adição de novas lojas da marca Life segue em patamares saudáveis. No 4T25, o faturamento das lojas Vivara em shoppings que possuem ambas as marcas (164 em Dez/25) cresceu 14,0% em relação ao 4T24, acima do SSS do canal. Ao desconsiderar as vendas da categoria Life nestas lojas Vivara, o crescimento de faturamento atinge 18,9%. No acumulado de 2025, o faturamento dessas mesmas lojas apresentou crescimento de 13,0% na comparação anual, também acima do SSS do canal, e 17,0% quando desconsideradas as vendas da categoria Life.

Lojas Life:

A receita das lojas Life teve alta de 20,5% no 4T25, em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 306,5 milhões. O avanço é explicado pela: (i) alta no SSS de 9,1% no 4T25 em comparação ao 4T24, (ii) maturação do parque de lojas no período, (iii) maior assertividade no sortimento por loja e (iv) abertura de 39 novas lojas da Life nos últimos 12 meses.

No trimestre, as lojas Life foram responsáveis por 58,2% das vendas da categoria Life, uma representatividade 1,8 p.p. acima da registrada no mesmo trimestre do ano anterior, mostrando a contínua consolidação da marca Life. No ano, essa participação atingiu 59,4%, reforçando o avanço estrutural das lojas Life dentro da categoria. Em 2025, as lojas Life registraram 24,5% de crescimento,



impulsionadas pelo aumento de 9,6% na métrica SSS e pela abertura de 39 lojas em 2025 e 63 lojas em 2024. No encerramento do trimestre, as 117 lojas Life maduras, inauguradas há mais de 2 anos, tiveram receita média anual de R\$ 5,6 milhões.

Receita por Categoria:

Na categoria de Joias, a estratégia do trimestre priorizou ganho de *market-share* e evolução na venda de quantidades vendidas, com crescimento de receita bruta de 20,6% no trimestre, impulsionada pelo aumento da quantidade vendida em 11,4%. No ano, a categoria de Joias cresceu 17,1%, devido a disciplina na gestão de mark-up e posicionamento de preço. As coleções Duo (prata & ouro), diamante de laboratório e prata Vivara continuam apresentando ganho de representatividade no mix de vendas. A categoria de Joias continua sendo a mais representativa da Companhia, sendo responsável por 45,4% das vendas, percentual 1,2 p.p. superior ao registrado no 4T24. No ano, a categoria alcançou 48,8% das vendas, 0,4 p.p. superior a 2024.

A receita bruta da categoria Life cresceu em 16,7% ante o 4T24, com crescimento de 22,3% em quantidades vendidas e faturamento de R\$ 526,8 milhões no trimestre, representando 38,6% do total de vendas. No acumulado do ano, a receita bruta da categoria Life cresceu 15,1% em relação ao ano anterior, com crescimento de 15,0% em quantidades vendidas. O faturamento total do ano foi de R\$ 1.354,5 bilhões, representando 35,6% do total de vendas.

As vendas da categoria Relógios apresentou evolução de 17,8% no trimestre, com crescimento de 16,8% de quantidades vendidas, e faturamento de R\$ 200,8 milhões impulsionado pelo bom desempenho das datas comemorativas no período. No ano, a evolução foi de 20,9%, com crescimento de 15,8% em quantidades vendidas, com faturamento de R\$ 536,2 milhões. A categoria representou 14,7% do total de vendas no 4T25, em linha com o mesmo trimestre do ano anterior e 14,1% no acumulado de 2025 (+0.5 p.p. vs. 2024).

Deduções da receita

No trimestre, a linha de deduções da Receita Bruta apresentou um aumento de 21,1% em relação ao 4T24 e representou 22,1% da receita bruta (líquida de devoluções). No ano, o aumento foi de 11,6% em relação a 2024.

A receita de subvenção somou R\$ 84,8 milhões no período, o que correspondeu a 6,2% da receita bruta do trimestre versus R\$ 89,0 milhões no 4T24. A dinâmica observada reflete o efeito positivo da operação do novo centro de distribuição no Espírito Santo, que gerou R\$ 41,6 milhões no trimestre, suavizando o menor ritmo produtivo, quando comparado ao 4T24, parte integrante do plano de otimização de estoques. No acumulado do ano, a receita de subvenção somou 334,1 milhões, correspondendo a 8,8% da receita bruta vs. 8,3% do ano anterior. O centro de distribuição, inaugurado em Jun/25, já opera como parte importante da malha logística e foi fundamental na iniciativa de realocação de estoques entre lojas realizada no segundo semestre de 2025. Por conta da quantidade de joias movimentadas ter sido equivalente a um ano típico, e não apenas a um semestre, a receita de subvenção gerada em 2025 pela operação do centro de distribuição do Espírito Santo foi de R\$ 77,4 milhões. Em função da estratégia de otimização de estoque, observou-se uma menor diluição dos benefícios atrelados ao menor volume produzido, com destaque para as taxas associadas à operação em Manaus (UEA e FTI), que



apresentaram redução como percentual da receita bruta na comparação anual. Tal movimento é consistente com a estratégia da Companhia de priorizar a eficiência do capital de giro.

Lucro Bruto e Margem Bruta:

O Lucro Bruto do 4T25 foi de R\$ 716,0 milhões, alta de 5,5% vs. 4T24, com Margem Bruta de 67,3%. Esse crescimento é reflexo de diferentes variáveis como efeitos contábeis, operação fabril e estratégia comercial, quais sejam:

1. Receita de Subvenção (Fábrica + CD): Em linha com a estratégia de otimização de estoque, o ritmo produtivo do trimestre foi inferior ao executado no ano anterior, refletindo em menores patamares de subvenção no 4T25 vs 4T24. Assumindo o mesmo percentual realizado no 4T25 de 6,2% de subvenção ao resultado do 4T24, a margem comparável seria de 73,8% (ante os 74,3% registrados) o que significa um efeito de 0,5p.p. por conta da variação da receita de subvenção como percentual da receita bruta. Para isolar esse efeito, as variações são calculadas em regime de subvenção estável¹.

2. Alocação GGF²: A contabilização dos Gastos Gerais de Fabricação (GGF) gerou dois efeitos distintos:

- **2.1 Impacto 4T24:** alocação de R\$ 43,9 milhões ao estoque, com impacto de 4,9 p.p. na margem do 4T24.
- **2.2 Impacto 4T25:** contabilização de R\$ 7,3 milhões no custo, refletindo um efeito de 0,7p.p. no período. Por conta do forte período de vendas, intensificado pela estratégia de redução do ritmo de produção, o volume de venda de produtos (com GGF alocado) foi maior do que a alocação dos gastos de produção do período.

3. CMV (estratégia comercial): apresentou efeito negativo de 2,3 p.p. no período devido aos seguintes efeitos:

- **3.1 Vivara (Joias):** No 4T25, a Companhia priorizou o ganho de *market-share* e crescimento do número de peças vendidas (postergando reposicionamento de preço para 2026). Essa estratégia permitiu um forte crescimento de volume e de receita bruta. Esta estratégia representou cerca de 30% do efeito da rubrica, estando concentrada nas subcategorias de coleções e comerciais. Após as vendas de Dez/25, a Companhia retomou a trajetória de repasses da categoria no 1T26.

O Lucro Bruto de 2025 foi de R\$ 2.105,1 milhões, alta de 16,3% vs. 2024, com Margem Bruta de 69,6% (versus 70,2% em 2024). Os principais componentes que impactaram a margem bruta de 2025 em comparação a 2024 foram:

1. Receita de Subvenção: O forte volume produtivo do primeiro semestre de 2025, anterior a estratégia de otimização de estoque do segundo semestre, juntamente com a abertura do CD do ES em Jun/25, foram os principais fatores para que a receita de subvenção de 2025 atingisse 8,8% da receita bruta, ante 8,3% em 2024. Assumindo o mesmo percentual de 8,8% de subvenção ao resultado de 2024, a margem comparável seria de 70,4%, ante os 70,2% registrados, o que significa um efeito de 0,2p.p. em regime de subvenção estável¹.

2. Alocação do GGF²: (i) 2024: alocação de R\$ 43,9 milhões ao estoque, impactando 1,7 p.p. a margem do exercício anterior; (ii) 2025: alocação de R\$ 24,4 milhões ao estoque, gerando impacto de 0,8 p.p. da margem do período.

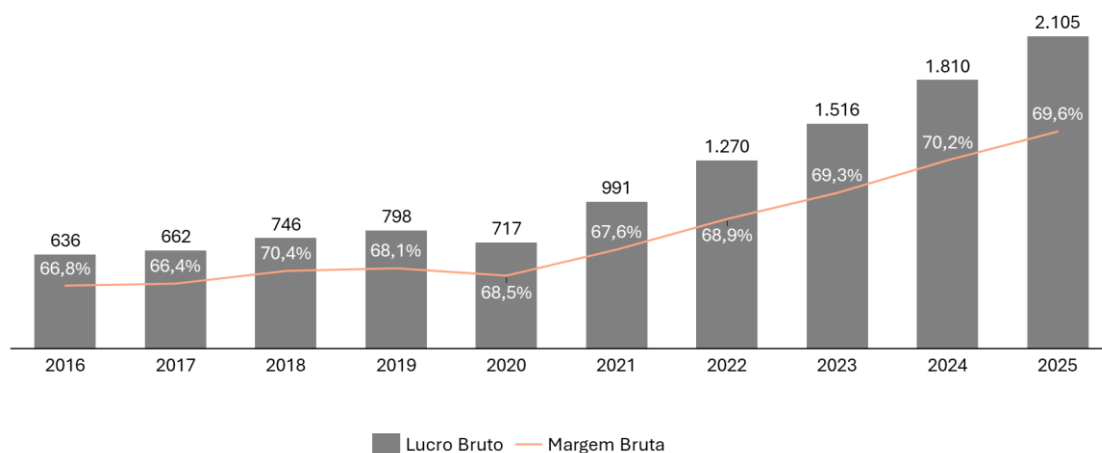


3. CMV: o efeito negativo de 0,2 p.p. foi puxado pela performance do 4T25. Os principais efeitos nas diferentes categorias, foram:

- **3.1 Vivara (Joias):** A categoria fechou o exercício mantendo a rentabilidade versus o período anterior. A diligente gestão de markups, o estoque mais alongado e o avanço das subcategorias com maior margem de contribuição (Duo, Lab Diamond e Prata Vivara) foram determinantes para construção do resultado de 2025 permitindo a execução de um 4T25 com crescimento de volume sem comprometer a rentabilidade anual.
- **3.2 Life:** Dada a estratégia de gestão de portfólio descrita no 4T25, com maior volumetria de itens com desconto para acelerar venda de itens lançados a mais a tempo, em 2025 a categoria concentrou a pressão da rubrica.
- **3.3 Relógios:** Dada a revisão de termos contratuais e otimização na negociação com fornecedores parceiros de Relógios, a categoria apresentou importante evolução de margem, encerrando 2025, em patamares superiores a 2024.

4. Pessoal/Fábrica: efeito anual da iniciativa de ganho de produtividade, otimização do quadro e redução de horas extras versus o período comparativo, que foi mais significativa no segundo semestre de 2025, resultando numa eficiência de 0,1 p.p. na linha de Pessoal e 0,1p.p. na linha de despesas de fábrica.

1. Para fins de comparabilidade, está apresentado o conceito de receita de subvenção estável de modo a equiparar o patamar de receita de subvenção do período anterior (comparativo) ao patamar do período atual, anulando variações positivas ou negativas que essa rubrica pode gerar no resultado da Companhia. O efeito da variação em regime de subvenção estável é calculado pela diferença, em pontos percentuais, da divisão da linha analisada de 2025 pela receita líquida de 2025, subtraída da divisão da linha analisada de 2024 pela receita líquida de 2024 ajustada considerando o percentual da receita de subvenção de 2025 pela receita bruta de 2025.
2. **Gastos Gerais de Fabricação (GGF):** No fechamento do exercício de 2024, a Companhia modificou a metodologia contábil de custeio de Gastos Gerais de Fabricação (compostos por remuneração de pessoal de fábrica e demais despesas incorridas na planta fabril). Tais gastos passam a ser atribuídos aos custos de cada produto produzido (compondo o valor do estoque de produto acabado) e irão transitar na linha de custo apenas no momento em que o produto produzido seja vendido para o consumidor final (à luz do CPC 16– Custos).



Despesas Operacionais:

No trimestre, as Despesas com Vendas¹ aumentaram 22,9% versus o 4T24, pressão de 1,7 p.p. de margem em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais efeitos que impactaram a linha foram: (i) eficiência na linha de Pessoal devido ao menor número de inaugurações de lojas (41 aberturas) versus o volume de aberturas de 2024 (71 aberturas), de modo que no ano anterior havia maior volume de despesas das lojas recém inauguradas (com custo fixo estabelecido ainda sem receita significativa), (ii) aumento das despesas de fretes devido à operação do novo CD no ES e ao movimento de transferência de peças entre lojas (no contexto da agenda de otimização de estoque), (iii) maior volume de investimentos em ferramentas de CRM pra impulsionar vendas e otimizar a operação de lojas (*omnichannel*) e (iv) normalização da linha de Marketing, uma vez que, no ano de 2024, a Companhia reduziu os eventos de marca, mas retornou em 2025.

Em 2025, as Despesas com Vendas¹ cresceram 16,3% contribuindo positivamente para rentabilidade operacional da Companhia em 0,3p.p., devido a maior eficiência na linha de Pessoal, apesar dos efeitos negativos das linhas de Frete, Serviços Profissionais Contratados e Marketing, concentradas no último trimestre do ano.

Já as Despesas Gerais e Administrativas¹ do trimestre apresentaram eficiência de 1,0 p.p. de margem quando comparadas ao 4T24, tendo destaque para: (i) maior despesa de Pessoal devido à normalização da rubrica que no 4T24 registrou efeito *one-off* de reversão da provisão anual de ICP dada a redução da estrutura corporativa realizada em 2024, reduzindo a linha a patamares inferiores pontualmente naquele trimestre e (ii) menores despesas com Serviços Profissionais Contratados, refletindo a normalização dos gastos de TI frente ao período comparativo.

Em 2025, as Despesas Gerais e Administrativas¹ cresceram 8,6%, contribuindo positivamente para rentabilidade operacional da Companhia em 0,6p.p., fruto de alavancagem operacional, destaque para as linhas de Pessoal e Outras Despesas, resultado de uma estrutura corporativa eficiente.

A linha de Outras (Despesas) Receitas Operacionais do 4T25 registrou uma despesa de R\$ 32,9 milhões, ante receita de R\$ 2,4 milhões no 4T24, retração de 3,4 p.p. como percentual da receita líquida. A variação é majoritariamente explicada pelo reconhecimento de despesas com IPI pela Companhia. No âmbito da Portaria RB nº. 4.888 de 07 dezembro de 2020, foram reconhecidos e recolhidos débitos de IPI no valor

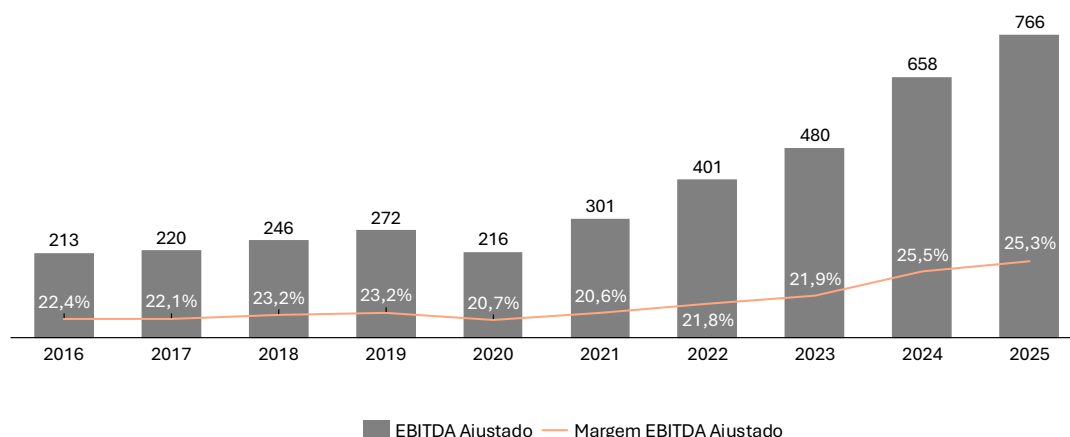


de R\$ 42,8 milhões (acrescidos de correção monetária de R\$ 15,5 milhões reconhecido no resultado financeiro) atrelados a ajustes na tributação de transferências de mercadorias importadas para as lojas do período de 2021 a 2024, em que a Companhia optou pela conformidade tributária.

No fechamento anual, a linha de Outras (Despesas) Receitas operacionais registrou despesa de R\$ 10,3 milhões, frente a uma receita de R\$ 77,6 milhões no exercício de 2024. A variação reflete o reconhecimento pontual, em Jun/24, de créditos extemporâneos de PIS/COFINS atrelados à compra de metais, englobando as compras dos cinco anos anteriores, totalizando R\$ 82 milhões reconhecidos no período comparativo.

¹ Excluindo Depreciação e Amortização (D&A).

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada:



No 4T25, o EBITDA Ajustado somou R\$ 286,1 milhões, 4,8% menor que o 4T24, com Margem EBITDA Ajustada de 26,9% e contração de 6,0 p.p. sobre 4T24. O EBITDA do trimestre foi ajustado¹ pela despesa de aluguel dos contratos classificados pelo IFRS 16, bem como por efeitos não recorrentes, destaque para a (i) despesa de IPI de exercícios anteriores no valor de R\$ 42,8 milhões (detalhada na seção de Outras receitas e Despesas).

Conforme descrito na seção do Lucro Bruto, o comparativo do EBITDA também é impactado pela (i) menor receita de subvenção e pelo (ii) efeito contábil de alocação do GGF². Analisando a subvenção, assumindo o mesmo percentual do 4T25, de 6,2% da receita bruta, ao resultado do 4T24, a margem comparável seria de 31,7% (ante os 32,9% registrados) o que significa um efeito de 1,3p.p. em regime de subvenção estável.

No 4T24, a alocação do GGF (ex-D&A) somou R\$ 39,0 milhões ao estoque, impactando em 4,4 p.p. considerando subvenção estável. Já no 4T25, o volume de venda de produtos, com GGF alocado foi maior do que a alocação dos gastos de produção do período, gerando uma contabilização de R\$ 9,8 milhões no custo, refletindo um efeito de 0,9p.p. no período.

Na visão anual, o EBITDA Ajustado da Companhia somou R\$ 766,3 milhões, 16,5% superior ao registrado em 2024, com Margem EBITDA Ajustada de 25,3%, contração de 0,2 p.p. sobre o ano anterior.



No ano, o impacto da receita de subvenção foi positivo em 0,4 p.p. Já a alocação residual da contabilização dos Gastos Gerais de Fabricação (GGF) no EBITDA, impactou a margem de 2024 em 1,5 p.p. por conta da alocação de R\$ 39,0 milhões em 2024, excluindo D&A, e em 0,5 p.p. a margem do ano de 2025.

Ao analisar as rubricas em bases comparáveis, ou seja, em regime de subvenção estável, sem o efeito da alocação do GGF verifica-se uma expansão de 0,4 p.p. em 2025 contra 2024, com margem bruta estável, despesas de vendas e gerais administradas entregando alavancagem operacional.

1. O EBITDA é uma métrica divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. A partir do cálculo acima, é realizado o ajuste para eliminação de efeitos não recorrentes no resultado e, para melhor comparabilidade, exclui-se também o efeito da adoção do CPC06/IFRS16, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, gerando o EBITDA Ajustado. Efeitos não recorrentes são caracterizados por efeitos pontuais que acontecem no resultado da Companhia. Por estes montantes não fazerem parte recorrente do resultado, a Companhia opta em realizar o ajuste para que no “EBITDA Ajustado” apareçam apenas números recorrentes. Efeitos não recorrentes em 2025: (i) 42,9 milhões de débito extemporâneo de IPI (efeito positivo), (ii) R\$ 38,4 milhões de créditos de PIS/COFINS (efeito negativo) e (iii) R\$ 17,2 milhões de ajustes na estrutura organizacional e êxito de advogados (efeito positivo). Em 2024: (i) R\$ 75,7 milhões de créditos extemporâneos de PIS/Cofins (efeito negativo), (ii) R\$ 24,7 milhões de ajustes na estrutura organizacional e êxito de advogados (efeito positivo).
2. Gastos Gerais de Fabricação (GGF): No fechamento do exercício de 2024, a Companhia modificou a metodologia contábil de custeio de Gastos Gerais de Fabricação (compostos por remuneração de pessoal de fábrica e demais despesas incorridas na planta fabril). Tais gastos passam a ser atribuídos aos custos de cada produto produzido (compondo o valor do estoque de produto acabado) e irão transitar na linha de custo apenas no momento em que o produto produzido seja vendido para o consumidor final (à luz do CPC 16– Custos).

Lucro Líquido e Margem Líquida:

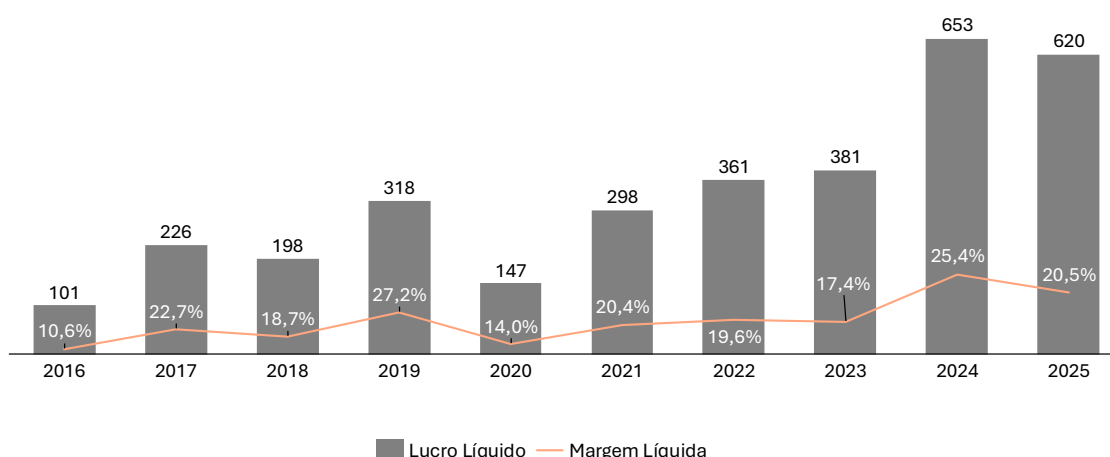
A Companhia registrou um Lucro Líquido Ajustado foi de R\$ 264,8, milhões no trimestre, crescimento de 28,5% versus o 4T24. Em 2025, o Lucro Líquido Ajustado foi de R\$ 599,7 milhões, crescimento de 22,6% ano contra ano. Além dos resultados operacionais que impulsionaram o crescimento do EBITDA, o Lucro Líquido Ajustado foi beneficiado pelo aumento da alíquota efetiva (+5,4% em 2025 versus +4,35% em 2024) dada eficiências tributárias, tal qual o aproveitamento do *tax shield* da emissão da Debentures.

Os ajustes do Lucro Líquido em 2025 foram (i) os mesmos itens não recorrentes ajustados ao EBITDA Ajustado, acrescidos da correção monetária dos mesmos (que impactaram o resultado financeiro), (ii) a alocação do GGF no valor de R\$ 24,3 milhões, (iii) o efeito da mudança da alíquota para cálculo do IR diferido de 22,5% para 34,5% no valor de R\$ R\$ 32,8 milhões. Em 2024, os ajustes do EBITDA ajustado, acrescidos da correção monetária dos (i) mesmos itens não recorrentes ajustados ao EBITDA Ajustado (que impactaram o resultado financeiro), do (ii) efeito da alocação do GGF no valor de R\$ 43,9 milhões, (iii) o efeito da mudança da alíquota para cálculo do IR diferido de 22,5% para 34,5% no valor de R\$ 50,9 milhões.



O resultado financeiro do ano de 2025 registrou uma despesa de R\$ 138,5 milhões, versus uma despesa de R\$ 57,3 milhões em 2024. Essa variação de R\$ 81,2 milhões entre os períodos é justificada pelo (i) aumento do endividamento bruto somado ao aumento do CDI em 2025 (impacto de R\$ R\$ 25,4 milhões), (ii) pelo impacto dos novos contratos de aluguel e atualização da taxa de desconto IFRS 16 destes contratos (R\$ impacto de R\$ 15,8 milhões), (iii) pelo maior montante de juros pagos em operações de risco sacado pagos ao longo de 2025 (aumento de R\$ 9,5 milhões) e pelo reconhecimento one-off de R\$ 18,3 milhões na receita financeira de 2024 referente a correção monetária de créditos extemporâneos de PIS/COFINS.

A Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 177,5 milhões no trimestre, e Margem Líquida de 16,7%. Já no resultado anual, o Lucro Líquido foi de R\$ 619,5 milhões, com uma Margem Líquida de 20,5%.



Pessoas & Política de Equidade de Gêneros

A Vivara encerrou 2025 com um quadro de colaboradores composto por 11% homens e 89% mulheres (entre ativos e inativos). Historicamente a Companhia sempre teve uma composição predominantemente feminina, incluindo em cargos de lideranças: hoje 40% dos membros do conselho de administração são mulheres e no nível gerencial, as mulheres representam 96% do quadro. A Companhia acredita no empoderamento da mulher como uma das nossas fortalezas e fomenta continuamente a diversidade de gênero em ações do time de Gente e Gestão.

Atendimento ao §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 15.177/2025

A Companhia reafirma seu compromisso com a promoção da equidade de gênero em todos os níveis da organização. Em atendimento ao §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 15.177/2025, apresentamos a seguir a composição do quadro de colaboradores por gênero e nível hierárquico, bem como a relação salarial média entre mulheres e homens, com base nas informações apuradas ao final do exercício de 2025.

	#HC MULHERES		% MULHERES		RELAÇÃO SALARIAL
	2025	2024	2025	2024	2025
AGRUPADOR					



01. DIRETOR	3	2	33%	50%	98%
02. GERENTE	510	451	96%	95%	103%
03. MÉDIA LIDERANÇA	93	87	55%	54%	108%
04. ADMINISTRATIVO	899	787	67%	69%	98%
05. OPERACIONAL	3481	3475	98%	98%	70%
TOTAL	4986	4802	89%	90%	89%

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

- Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes, emitido em 18 de março de 2026, com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

- Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes da KPMG, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a KPMG não prestou outros serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Vivara. Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. A KPMG declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

- Queremos agradecer a todos nossos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do ano de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da

Vivara Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A. (“Companhia”), e suas controladas que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Vivara Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de crédito extemporâneo

Veja a Nota 8.3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia suportada por seus assessores jurídicos, reconheceu créditos fiscais relevantes relacionados a PIS e COFINS decorrente de uma revisão dos critérios para a tomada de crédito dos referidos tributos sobre certos insumos das operações de sua controlada Tellerina. Este assunto exigiu da administração da Companhia julgamento significativo na determinação das bases legais para reconhecimento do crédito tributário, bem como, na probabilidade de entrada dos benefícios econômicos. Devido à relevância dos valores envolvidos e do grau de julgamento inerente ao reconhecimento dos créditos fiscais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: – Revisão das opiniões legais emitidas pelos assessores jurídicos externos da Companhia, com o objetivo de confirmar se os aspectos legais e tributários da legislação foram considerados para o entendimento do mérito; – Em base amostral, recalculamos os montantes de créditos e solicitamos documentação suporte sobre notas fiscais e obrigações acessórias para teste com auxílio dos nossos especialistas tributários; – Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes; Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração desse crédito fiscal, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Rafael Santos Pereira

Contador CRC 1SP255172/O-5

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	12/2025	12/2024	12/2025	12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.656	3.482	398.644	278.153
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	4.530
Contas a receber	6	-	-	989.601	955.208
Estoques	7	-	-	1.478.926	1.332.578
Impostos a recuperar	8	-	-	118.227	156.755
IRPJ e CSLL a recuperar	20.4	4.301	1.600	50.247	33.149
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos		28	419	28.954	21.515
Total do ativo circulante		20.985	5.501	3.064.599	2.781.888
NÃO CIRCULANTE					
Instrumentos derivativos ativo LP	15	-	-	-	1.276
Depósitos judiciais	17.2	-	-	28.227	24.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.8	20.843	-	568.590	429.267
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos LP		-	-	5.193	2.879
Impostos a recuperar LP	8	-	-	12.618	48.438
IRPJ e CSLL a recuperar não circulante	20.4	-	-	28.180	64.705
Realizável a longo prazo		20.843	-	642.808	571.344
Investimentos	9	3.230.468	2.650.466	-	-
Imobilizado	10	-	-	955.347	853.172
Intangível	11	-	-	59.938	67.326
Total do ativo não circulante		3.251.311	2.650.466	1.658.093	1.491.842
TOTAL DO ATIVO		3.272.296	2.655.967	4.722.692	4.273.730

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	12/2025	12/2024	12/2025	12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	223	266	189.472	158.736
Fornecedores Convênio	12	-	-	4.610	214.135
Empréstimos e financiamentos	15	14.401	-	232.973	113.370
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	236	158	143.620	125.293
Obrigações tributárias	14	3.890	10	90.328	63.727
IRPJ e CSLL a recolher	20.7	1.186	-	33.581	43.254
Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar		-	-	14.488	14.933
Juros sobre capital próprio a pagar		-	2	-	2
Instrumentos derivativos passivo	15	-	-	22.729	-
Dividendos a pagar		10	155.186	10	155.186
Partes relacionadas	19	3.307	1.646	-	-
Arrendamentos direito de uso a pagar	28	-	-	83.187	88.069
Outros passivos	16	450	1.089	28.951	18.982
Total do passivo circulante		23.703	158.357	843.949	995.687
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos LP	15	298.303	-	298.303	285.191
Obrigações tributárias LP	14	-	-	95	150
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17.1	377	7	26.937	18.317
Arrendamentos direito de uso a pagar LP	28	-	-	599.518	472.131
Outros passivos LP	16	349	661	4.326	5.312
Total do passivo não circulante		299.029	668	929.179	781.101
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18.1	2.572.025	1.705.381	2.572.025	1.705.381
Reservas de capital		(53.041)	(53.041)	(53.041)	(53.041)
Ações em tesouraria	18.3	(26.818)	(26.850)	(26.818)	(26.850)
Opções Outorgadas	30	1.976	4.346	1.976	4.346
Reservas de lucros		455.500	866.640	455.500	866.640
Outros Resultados Abrangentes		(78)	466	(78)	466
Total do patrimônio líquido		2.949.564	2.496.942	2.949.564	2.496.942
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		3.272.296	2.655.967	4.722.692	4.273.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2025	12/2024	12/2025	12/2024
Receita Líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados	21	-	-	3.026.582	2.577.113
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	22.1	-	-	(921.472)	(767.087)
LUCRO BRUTO		-	-	2.105.110	1.810.026
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	22.2	-	-	(1.086.276)	(946.097)
Despesas gerais e administrativas	22.3	(10.228)	(11.927)	(282.216)	(257.972)
Resultado de equivalência patrimonial	24	627.983	665.113	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(426)	(13)	(10.296)	77.628
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		617.329	653.173	726.322	683.585
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	6.687	282	69.737	56.935
Despesas financeiras	26	(18.716)	(61)	(208.261)	(114.282)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		605.300	653.394	587.798	626.238
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	20.8	(6.641)	-	(107.618)	(108.150)
Diferidos	20.9	20.843	-	139.322	135.306
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		619.502	653.394	619.502	653.394
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	27	2,63529	2,77937		
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	27	2,63483	2,77837		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	12/2025	12/2024	12/2025	12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	619.502	653.394	619.502	653.394
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	(78)	466	(78)	466
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	619.424	653.860	619.424	653.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Opções outorgadas	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		1.105.381	(53.041)	8.940	(24.176)	968.426	-	-	2.005.530
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	653.394	-	653.394
Integralização de capital com reservas		600.000	-	-	-	(600.000)	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	32.670	(32.670)	-	-
Constituição de reserva estatutária		-	-	-	-	465.543	(465.543)	-	-
Ações cedidas de incentivos de longo prazo		-	-	(4.299)	4.299	-	-	-	-
Pagamento de incentivos de longo prazo		-	-	1.702	-	-	-	-	1.702
Plano de incentivos de longo prazo		-	-	(1.997)	-	-	-	-	(1.997)
Dividendos a distribuir		-	-	-	-	-	(155.181)	-	(155.181)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	1	-	-	1
Recompra de ações		-	-	-	(6.973)	-	-	-	(6.973)
Ajuste de conversão do período		-	-	-	-	-	-	466	466
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		1.705.381	(53.041)	4.346	(26.850)	866.640	-	466	2.496.942
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	619.502	-	619.502
Integralização de capital com reservas	18.1	866.644	-	-	-	(866.644)	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	30.975	(30.975)	-	-
Constituição de reserva estatutária		-	-	-	-	424.527	(424.527)	-	-
Dividendos distribuídos	18.4	-	-	-	-	-	(164.000)	-	(164.000)
Ações cedidas de incentivos de longo prazo	18.3	-	-	(2.561)	2.561	-	-	-	-
Plano de incentivos de longo prazo		-	-	844	-	-	-	-	844
Pagamento de incentivos de longo prazo		-	-	(653)	-	-	-	-	(653)
Recompra de ações	18.3	-	-	-	(2.529)	-	-	-	(2.529)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	2	-	-	2
Ajuste de conversão do período		-	-	-	-	-	-	(544)	(544)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		2.572.025	(53.041)	1.976	(26.818)	455.500	-	(78)	2.949.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2025	12/2024	12/2025	12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		619.502	653.394	619.502	653.394
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	22	-	-	162.855	154.530
Encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	26	14.522	-	65.365	33.203
Encargos sobre arrendamento direto de uso locação	26	-	-	80.179	60.051
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	20	(14.202)	-	(31.704)	(27.156)
Provisão para perdas de estoque	7.3	-	-	(529)	760
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	24	424	7	22.313	16.919
Perdas esperadas de crédito	24	-	-	114	(233)
Resultado de equivalência patrimonial	9.3	(627.983)	(665.113)	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	24	-	-	146	1.036
Contratos arrendamentos baixados	24	-	-	(819)	(1.292)
Variação cambial fornecedores		-	-	2.897	-
Encargos sobre antecipação de recebíveis	26	-	-	5.343	-
Créditos tributários	24.1	-	-	(38.950)	-
Incentivos de longo prazo	30	844	1.702	844	1.702
Atualizações monetárias e rendimentos	25	(156)	(87)	(25.544)	(28.945)
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(39.848)	(124.143)
Estoques		-	-	(145.819)	(550.632)
Partes relacionadas		1.661	438	-	-
Impostos a recuperar		(2.546)	427	123.679	(48.372)
Depósitos judiciais		-	-	(2.127)	364
Outros créditos		391	(219)	(9.753)	(4.196)
Fornecedores e outras contas a pagar		(43)	2.099	(181.686)	201.168
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		78	(85)	18.327	7.434
Obrigações tributárias		(1.576)	(14)	26.546	(13.700)
Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar		-	-	(445)	(2.729)
Contingências pagas		(55)	-	(13.693)	(13.173)
Outros passivos		(949)	(7.057)	8.786	(7.152)
Incentivos de longo prazo pagos		(653)	(1.997)	(653)	(1.997)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(10.741)	(16.505)	645.326	306.841
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(84.021)	(72.614)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(59.044)	(25.111)
Juros pagos de arrendamentos de direito de uso	28	-	-	(33.391)	(58.434)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(10.741)	(16.505)	468.870	150.682
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Dividendos recebidos	9.4	163.000	120.796	-	-
Aplicações financeiras		-	-	4.530	83.866
Recompra de ações		(2.529)	(6.973)	(2.529)	(6.973)
Juros sobre capital próprios recebidos		41.176	-	-	-
Aquisição de imobilizado	10	-	-	(69.906)	(107.441)
Aporte de capital em controladas		(156.739)	(6.201)	-	-
Aquisição de intangível	11	-	-	(10.534)	(21.579)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		44.908	107.622	(78.439)	(52.127)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos pagos	18.4	(319.175)	(87.693)	(319.175)	(87.693)
Captação de empréstimos e financiamentos	15	300.000	-	300.000	190.000
Captação de financiamentos fornecedores convênio	15	-	-	146.635	48.182
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(100.000)	(122.414)
Amortização de fornecedores convênio	15	-	-	(194.416)	-
Liquidação contratos SWAP		-	-	-	(5.256)
Encargos emissão debentures		(1.818)	-	(1.818)	-
Amortização de arrendamentos direito de uso		-	-	(101.166)	(64.716)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(20.993)	(87.693)	(269.940)	(41.897)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		13.174	3.424	120.491	56.658
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa					
		3.482	58	278.153	221.495
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa					
		16.656	3.482	398.644	278.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2025	12/2024	12/2025	12/2024
RECEITAS					
Receita de contrato com cliente	20	-	-	3.801.302	3.271.247
Outras receitas	23	-	-	11.939	94.896
Receita de construção de ativos próprios		-	-	36.444	80.632
Perda estimadas com crédito de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	23	-	-	(112)	(23)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	21.1	-	-	(900.723)	(655.423)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	21.1	(3.013)	(1.939)	(672.694)	(523.452)
Custos de construção de ativos próprios		-	-	(106)	(78.778)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(3.013)	(1.939)	2.276.050	2.189.099
Depreciação e amortização	9 e 10	-	-	(152.836)	(154.530)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(3.013)	(1.939)	2.123.214	2.034.569
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	8.3	627.983	665.113	-	-
Receitas financeiras	24	6.687	282	69.737	56.935
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		631.657	663.456	2.192.951	2.091.504
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		5.534	5.717	393.834	430.619
Benefícios		334	941	83.922	75.744
FGTS		206	609	39.892	40.739
		6.074	7.267	517.648	547.102
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		(12.333)	2.732	324.900	306.508
Estaduais		2	9	479.758	439.310
Municipais		6	6	5.906	4.622
		(12.325)	2.747	810.564	750.440
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros	25	18.406	48	206.494	111.400
Alugueis		-	-	37.786	27.028
Outras		-	-	957	2.140
		18.406	48	245.237	140.568
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos e juros sobre o capital próprio		164.000	155.181	164.000	155.181
Lucros retidos		455.502	498.213	455.502	498.213
		619.502	653.394	619.502	653.394
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		631.657	663.456	2.192.951	2.091.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**VIVARA**

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vivara Participações S.A. (“Vivara Participações” ou “Companhia”) com sede social em São Paulo, é a “holding” que controla o Grupo Vivara, fundado em 1962, que tem por objeto a fabricação e venda de joias e outros artigos. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as informações financeiras da Companhia e das controladas Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.A. (“Tellerina”), Conipa Indústria e Comércio de Presentes, Metais e Artigos de Decoração Ltda. (“Conipa”) e Tellerina Panamá S.A. (“Tellerina Panamá”).

Os acionistas de referência da Companhia são Nelson Kaufman e Marina Kaufman Bueno Netto que em conjunto detêm 47,36% das ações.

Controladas	% de participação	
	31/12/2025	31/12/2024
Tellerina	100%	100%
Conipa	100%	100%
Tellerina Panamá	100%	100%

A Tellerina tem sua sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e centro administrativo na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Tellerina tem como atividades preponderantes, por meio da rede de lojas sob as bandeiras “VIVARA” e “LIFE”, a importação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigo em metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e assemelhados, bem como a prestação de serviços de “design” e de conserto de joias em geral.

A Conipa tem sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e como atividade preponderante a fabricação de artefatos de joalheria, ourivesaria e relojoaria com a comercialização desses produtos no varejo e atacado, incluindo também os serviços prestados de reparação de joias e relógios.

A Tellerina Panamá tem sede na Cidade do Panamá - República do Panamá. Tem como atividade a importação, a exportação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigos em metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e assemelhados.

A quantidade de pontos de vendas em operação é demonstrada a seguir:

Pontos de Vendas	 BRASIL		 PANAMÁ		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lojas Vivara	267	265	1	1	268	266
Lojas Life	219	180	-	-	219	180
Quiosques	11	11	-	-	11	11
Total	497	456	1	1	498	457



2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“Internacional Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board - IASB”.

A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis do grupo estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por ativos e passivos específicos mensurados ao valor justo, quando exigido pelas normas contábeis. O custo histórico baseia-se, geralmente, no valor justo dos recursos entregues em troca de ativos na data da transação.

2.3 Declaração de relevância

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A controlada Tellerina Panamá tem como moeda funcional Dólar americano e suas demonstrações financeiras foram convertidas para Real conforme pronunciamento técnico CPC 02 (R2)/IAS 21.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos, estimativas e premissas sobre o futuro, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos do Grupo. As revisões de estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 28 – definição do prazo de arrendamento de direito de uso, se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação contratual.



Incertezas sobre premissas e estimativas

- Nota explicativa nº 17 – reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa nº 20 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 29 - determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS E AINDA NÃO VIGENTES

A Companhia avaliou as novas normas, emendas e interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

IFRS 18 (CPC 51) – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18/CPC 51, substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos e relatórios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A seguir, apresentam-se as políticas contábeis relevantes que não serão abordadas nas respectivas notas explicativas:

4.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas



datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

4.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: a) tem poder sobre a investida; b) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; c) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre a Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

4.3 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

4.4 Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1 Política contábil

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com liquidez diária.

Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Letras financeiras que são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização.



5.2 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	9.804	10.540
Bancos conta movimento	-	-	9.955	4.486
Aplicações financeiras 5.3	16.656	3.482	378.885	263.127
Total	16.656	3.482	398.644	278.153

5.3 Detalhamento aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Compromissadas	3.656	3.470	333.013	251.540
Automáticas	124	12	12.660	11.587
Letras financeiras	12.876	-	33.212	-
Total	16.656	3.482	378.885	263.127
Taxa média CDI	98,2%	88,0%	88,5%	94,4%

6. CONTAS A RECEBER

6.1 Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas esperadas de crédito. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

A provisão para perda esperada de crédito é mensurada na data da transação considerando a vida toda dos recebíveis. A Companhia adota matriz de risco de crédito com base na experiência histórica de perdas baseadas na idade média de vencimento por faixa de títulos.

6.2 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Operadoras de cartões	986.130	952.984
Boletos	3.663	2.209
Cheques a compensar	163	256
Subtotal	989.956	955.449
(-) Perdas estimadas de créditos	(355)	(241)
Total	989.601	955.208
Vencidos:	325	562
A vencer:	989.631	954.887
Total	989.956	955.449

Em 26 de dezembro de 2025, a Companhia antecipou recebíveis diretamente com a adquirente, sem direito de regresso, no montante de bruto de R\$164.985, com juros de R\$1.185 e montante líquido de R\$163.800.



Os saldos a vencer são compostos, substancialmente, por vendas realizadas por meio de cartão de crédito, podendo ser parceladas em até 10 vezes, sem incidência de encargos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio dos recebíveis, era de 95 dias (106 dias em 31 de dezembro de 2024).

6.3 Provisão para perdas esperadas de crédito

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo do início do período	(241)	(474)
Provisões	(286)	(370)
Reversões	172	603
Saldo do fim do período	(355)	(241)

7. ESTOQUES

7.1 Política contábil

Mensurados pelo custo de aquisição ou produção, gastos gerais de fabricação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

7.2 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	978.949	866.841
Matérias-primas	443.046	353.107
Material de consumo e embalagens	56.459	48.252
Adiantamentos – Importações	-	62.262
Estoques em trânsito	472	2.116
Total	1.478.926	1.332.578

Em 31 de dezembro de 2025 os estoques incluídos no Custo das Mercadorias Vendidas totalizaram R\$877.247 (R\$593.764 em 31 de dezembro de 2024).

Os saldos de gastos gerais de fabricação alocados aos estoques em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$68.145 (R\$43.911 em 31 de dezembro de 2024).

7.3 Provisão para perdas

As controladas da Companhia constituem provisão para os estoques de giro lento e perdas estimadas no processo de derretimento de joias em ouro e prata de coleções descontinuadas ou adquiridas de clientes. O reconhecimento dessas provisões é realizado pelo valor do custo médio ponderado em estoque na data do balanço.

São considerados como de giro lento os produtos acabados, que não sejam passíveis de derretimento, com ciclos de vendas cujo intervalo seja superior a 12 meses.

O ciclo operacional é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. O ciclo operacional do Grupo Vivara é superior a 12 meses.

As provisões de perdas são reconhecidas no resultado na rubrica Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados conforme nota explicativa nº 22.1.



	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo do início do período	(5.217)	(4.457)
Provisões	(5.271)	(5.469)
Reversões	5.800	4.709
Saldo do fim do período	(4.688)	(5.217)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

8.1 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
ICMS - Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços 8.2	99.300	100.630
PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social 8.3	26.148	100.622
IPI - Imposto sobre Produto Industrializado	5.021	3.905
Outros impostos a recuperar	376	36
Total	130.845	205.193
Ativo circulante	118.227	156.755
Ativo não circulante	12.618	48.438
Total	130.845	205.193

8.2 ICMS

A controlada Tellerina detém créditos de ICMS que se referem, substancialmente, ao acúmulo de créditos nas operações das lojas Vivara e Life, predominantemente localizadas nos Estados de São Paulo, Amazonas, Rio de Janeiro, Piauí e Alagoas.

A controlada Conipa possuía créditos de ICMS relativos à operação de aquisições de matéria-primas realizadas pela filial de São Paulo e que foram transferidos para a coligada Tellerina por meio do e-CREDAC, instituído pela Portaria CAT nº 26/2010 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. O montante desses créditos era de R\$42.195 em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2025 as filiais de São Paulo da Conipa possuem R\$28.195 de créditos relativos a operações de aquisição de matéria-prima proveniente da coligada Tellerina.

A expectativa da realização dos créditos de ICMS é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Em até 1 ano	86.682	81.007
De 1 a 2 anos	12.618	19.623
Total	99.300	100.630

8.3 PIS E COFINS

Os créditos extemporâneos estão relacionados substancialmente com a operação de aquisição de matérias-primas pela filial de São Paulo da Conipa. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a compensar destes créditos totaliza o montante de R\$14.380 (R\$84.281 em 31 de dezembro de 2024).



No 3º trimestre de 2025, a Companhia, por meio da controlada Tellerina, reconheceu créditos extemporâneos de PIS e COFINS relativos a serviços considerados insumos para suas operações. O montante total dos créditos reconhecidos corresponde a R\$50.361, sendo R\$39.155 referentes ao principal (reconhecido na rubrica Outras Receitas e Despesas Operacionais) e R\$11.206 à atualização monetária pela taxa Selic (reconhecido na rubrica Receitas Financeiras). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a compensar desses créditos totalizava R\$6.879.

A expectativa da realização dos créditos de Pis e Cofins é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Em até 1 ano	26.148	71.807
De 1 a 2 anos	-	28.815
Total	26.148	100.622

9. INVESTIMENTO

9.1 Política contábil

Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações entre as empresas do grupo, bem como receitas e despesas, são eliminados no processo de consolidação.

9.2 Informações das controladas

	31/12/2025			31/12/2024		
	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá
Ativo circulante	4.238.705	3.997.744	12.852	3.348.523	2.844.647	12.933
Ativo não circulante	1.121.935	116.758	4.798	1.004.826	179.608	5.539
Total do ativo	5.360.640	4.114.502	17.650	4.353.349	3.024.255	18.472
Passivo circulante	3.954.213	900.770	12.838	2.887.752	480.517	10.922
Passivo não circulante	616.702	11.646	1.802	765.520	12.401	2.512
Patrimônio Líquido	856.815	2.327.160	4.494	704.075	1.648.632	6.667
Total do passivo e PL	5.427.730	3.239.576	19.134	4.357.347	2.141.550	20.101
Lucro/(Prejuízo) Líquido	(67.090)	874.926	(1.484)	(3.998)	882.705	(1.629)
Participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%



9.3 Equivalência patrimonial

31/12/2025				
	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Controladora
Lucro (prejuízo) líquido	(67.090)	874.926	(1.484)	806.352
<u>Eliminações:</u>				
AVP	28.863	(34.934)	-	(6.071)
IRPJ e CSLL diferidos s/AVP	(9.813)	11.877	-	2.064
Lucro não realizado nos estoques	(949)	(263.285)	-	(264.234)
IRPJ e CSLL diferidos s/lucro não realizado	323	89.549	-	89.871
Resultado equivalência patrimonial	(48.666)	678.133	(1.484)	627.983
31/12/2024				
	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Controladora
Lucro (prejuízo) líquido	(3.999)	882.705	(1.629)	877.077
<u>Eliminações:</u>				
AVP	5.032	73.895	-	78.927
IRPJ e CSLL diferidos s/AVP	(1.711)	(25.124)	-	(26.835)
Lucro não realizado nos estoques	(4.881)	(395.205)	-	(400.086)
IRPJ e CSLL diferidos s/lucro não realizado	1.660	134.370	-	136.030
Resultado equivalência patrimonial	(3.899)	670.641	(1.629)	665.113

9.4 Movimentação dos investimentos

	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Controladora
Saldo em 01/01/2024	609.365	1.490.117	-	2.099.482
Aporte de capital	-	-	6.201	6.201
Equivalência patrimonial	(3.899)	670.641	(1.629)	665.113
Outros resultados abrangentes	-	-	466	466
Dividendos recebidos	-	(120.796)	-	(120.796)
Saldo em 31/12/2024	605.466	2.039.962	5.038	2.650.466
Equivalência Patrimonial	(48.666)	678.133	(1.484)	627.983
Aporte de capital	156.739	-	-	156.739
Outros resultados abrangentes	-	-	(544)	(544)
Juros s/capital próprio recebidos	-	(41.176)	-	(41.176)
Dividendos recebidos	-	(163.000)	-	(163.000)
Saldo em 31/12/2025	713.539	2.513.919	3.010	3.230.468



10. IMOBILIZADO

10.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

10.2 Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

10.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente, a vida útil do exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil (em anos)	
	2025	2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 a 15	10 a 15
Móveis e utensílios	5 a 10	5 a 10
Máquinas, equipamentos e instalações	5 a 10	5 a 10
Veículos	5	5
Equipamentos de Informática	3 a 10	3 a 10
Ativo de direitos de uso - locações imóveis	5 a 15	5 a 15
Direito de uso Cloud	3	3



10.4 Composição dos saldos

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	369.615	(162.281)	207.334	204.894
Móveis e utensílios	115.968	(53.074)	62.894	67.194
Máquinas, equipamentos e instalações	114.614	(35.792)	78.822	65.501
Veículos	386	(100)	286	264
Equipamentos de Informática	32.735	(22.803)	9.932	10.378
Terrenos	350	-	350	350
Ativo de direitos de uso - locações imóveis	1.008.024	(415.001)	593.023	501.325
Ativo de direitos de uso - cloud	12.380	(12.380)	-	33
Imobilizados em andamento	2.706	-	2.706	3.233
Total	1.656.778	(701.431)	955.347	853.172

10.5 Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia definiu as lojas de sua controlada Tellerina como unidades geradoras de caixa. Com base na avaliação realizada para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, considerando os resultados operacionais e os fluxos de caixa positivos de suas controladas, e na ausência de quaisquer indícios ou fatos novos que demandem uma reavaliação, não há indicativo de necessidade de registro de redução ao valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis.



10.6 Movimentação dos saldos

Consolidado											
	01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	31/12/2025
Custo:											
Benfeitorias em imóveis de terceiros	230.648	847	-	106.364	1	337.860	729	-	31.020	6	369.615
Móveis e utensílios	81.160	3.505	(338)	23.469	17	107.813	2.495	(4)	5.753	(89)	115.968
Máquinas, equipamentos e instalações	63.328	13.613	(830)	14.056	1	90.168	17.740	(79)	6.783	2	114.614
Veículos	112	190	-	-	-	302	84	-	-	-	386
Equipamentos de Informática	23.472	4.412	(72)	758	-	28.570	3.671	-	494	-	32.735
Terrenos	350	-	-	-	-	350	-	-	-	-	350
Ativo de direitos de uso - locações imóveis	712.483	132.828	(13.491)	-	377	832.197	183.515	(7.330)	-	(358)	1.008.024
Ativo de direitos de uso - cloud	12.380	-	-	-	-	12.380	-	-	-	-	12.380
Imobilizados em andamento	67.839	79.877	-	(144.647)	164	3.233	43.777	-	(44.050)	(254)	2.706
Subtotal	1.191.772	235.272	(14.731)	-	560	1.412.873	252.011	(7.413)	-	(693)	1.656.778
Depreciação:											
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(104.792)	(28.174)	-	-	-	(132.966)	(29.307)	-	(4)	(4)	(162.281)
Móveis e utensílios	(29.911)	(10.708)	-	-	-	(40.619)	(12.460)	-	4	1	(53.074)
Máquinas, equipamentos e instalações	(16.587)	(8.251)	171	-	-	(24.667)	(11.132)	7	-	-	(35.792)
Veículos	(9)	(29)	-	-	-	(38)	(62)	-	-	-	(100)
Equipamentos de Informática	(13.276)	(4.949)	33	-	-	(18.192)	(4.611)	-	-	-	(22.803)
Ativo de direitos de uso - locações imóveis	(250.199)	(87.868)	7.215	-	(20)	(330.872)	(87.416)	3.246	-	41	(415.001)
Ativo de direitos de uso - cloud	(11.252)	(1.095)	-	-	-	(12.347)	(33)	-	-	-	(12.380)
Subtotal	(426.026)	(141.074)	7.419	-	(20)	(559.701)	(145.021)	3.253	-	38	(701.431)
Total	765.746	94.198	(7.312)	-	540	853.172	106.990	(4.160)	-	(655)	955.347

As adições de ativos de direitos de uso locação de imóveis contém valores de operações sem efeito caixa, vide detalhes na nota explicativa nº 31.



VIVARA

11. INTANGÍVEL

11.1 Política contábil

Representado pelo custo de aquisição de exploração de ponto comercial com amortização determinada conforme o prazo do contrato de locação, que para as lojas e quiosques são de cinco anos. A aquisição de ponto comercial não é feita para todos os pontos de venda da rede, pois em determinadas localidades esse custo não é necessário. Registram também os softwares adquiridos de terceiros, inclusive os em desenvolvimento.

11.2 Movimentação dos saldos

Consolidado											
	Vida útil (em anos)	01/01/2024	Adições	Transferências	Ajuste de conversão	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	31/12/2025
Custo:											
Pontos comerciais	5	32.225	-	-	-	32.225	-	-	-	-	32.225
Sistemas em implantação	-	26.468	14.565	(30.967)	13	10.079	7.339	-	(4.575)	(14)	12.829
Sistema de informática	5	60.588	7.014	30.967	-	98.569	3.195	(13.973)	4.575	(3)	92.363
Outros intangíveis	5	305	-	-	-	305	-	-	-	-	305
Subtotal		119.586	21.579	-	13	141.178	10.534	(13.973)	-	(17)	137.722
Amortização:											
Pontos comerciais		(31.239)	(342)	-	-	(31.581)	(342)	-	-	-	(31.923)
Sistema de informática		(29.039)	(13.054)	-	-	(42.093)	(17.432)	13.903	-	(1)	(45.623)
Outros intangíveis		(117)	(61)	-	-	(178)	(60)	-	-	-	(238)
Subtotal		(60.395)	(13.457)			(73.852)	(17.834)	13.903	-	(1)	(77.784)
Total		59.191	8.122	-	13	67.326	(7.300)	(70)	-	(18)	59.938



12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

12.1 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo é constituído por compras de matéria-prima, insumos, embalagens, mercadorias para revenda e serviços de terceiros com prazo médio de pagamento de 93 dias (92 dias em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores				
Nacionais	-	-	86.712	58.126
Estrangeiros	-	-	30.515	35.528
Total Fornecedores	-	-	117.227	93.654
Outras contas a pagar				
Serviços tomados a pagar	223	266	72.245	65.082
Total Outras contas a pagar	223	266	72.245	65.082
Total Fornecedores e outras contas a pagar	223	266	189.472	158.736

12.2 Fornecedores convênio

As controladas mantêm convênios firmados com instituições financeiras, permitindo que fornecedores antecipem seus recebíveis.

A Administração concluiu que a natureza dessas operações permanece operacional, pois não há alteração nos prazos originais nem encargos financeiros assumidos pela Companhia.

Em atendimento às alterações do CPC 03 (R2) / IAS 7, a Companhia detalha as seguintes informações sobre esses acordos:

- Montante antecipado: Do saldo total de R\$ 4.610 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 214.135 em 31 de dezembro de 2024), a totalidade refere-se a títulos cujos fornecedores já receberam o pagamento antecipado das instituições financeiras.
- Comparabilidade de Prazos: Os prazos de vencimento das obrigações vinculadas ao convênio são de 90 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2024), permanecendo consistentes com a faixa de prazos praticada com os demais fornecedores da mesma natureza que não aderiram ao acordo.
- Encargos: As taxas de desconto, média de 1,13% a.m. (média de 0,93% a.m. em 31 de dezembro de 2024) são suportadas integralmente pelos fornecedores.

Os pagamentos são efetuados diretamente às instituições financeiras nas datas originais de vencimento das faturas, sendo o fluxo de caixa apresentado como operacional.



13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

13.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias	-	-	46.654	40.236
Salários	124	80	35.018	32.797
PLR e bônus	-	-	21.151	14.228
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	-	5.298	4.813
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	37	30	18.181	17.298
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75	48	14.801	14.602
Outras	-	-	2.517	1.319
Total	236	158	143.620	125.293

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

14.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	-	-	45.839	34.789
PIS e COFINS	3.886	1	35.955	23.536
Parcelamentos de impostos	-	-	171	217
F.T.I e U.E.A. (a)	-	-	1.227	2.997
Outras	4	9	7.230	2.338
Total	3.890	10	90.422	63.877
Passivo circulante	3.890	10	90.328	63.727
Passivo não circulante	-	-	95	150
Total	3.890	10	90.422	63.877

(a) O Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas "F.T.I." é um tributo estadual devido pela Conipa em suas vendas de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para os demais Estados da Federação. O "UEA" é uma taxa estadual direcionada pelo Governo para a Universidade Estadual da Amazônia.



15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

15.1 Composição dos saldos

Consolidado				
Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
<u>Em moeda local</u>				
Debentures - 1ª emissão 15.2	CDI + 0,70% a.a.	08/2030	312.704	-
Banco Itaú BBA S.A. - Capital de giro (a)	CDI + 1,69% a.a.	02/2027	-	63.055
Banco Itaú BBA S.A. - Capital de giro (a)	CDI + 0,95% a.a.	09/2026	-	41.347
Total de empréstimos em moeda local			312.704	104.402
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Banco Santander - Resolução 4131	CDI + 0,55% a.a.	12/2026	218.572	245.977
Total de empréstimos em moeda estrangeira			218.572	245.977
<u>Financiamento - Fornecedores Convênio</u>				
Banco Itaú		06/2025	-	27.774
Banco Santander		03/2025	-	20.408
Total de financiamento fornecedor convênio (b)			-	48.182
Total de empréstimos e financiamentos			531.276	398.561
Passivo circulante			232.973	113.370
Passivo não circulante			298.303	285.191
Total			531.276	398.561
<u>Instrumentos derivativos - contratos de "swap"</u>				
Banco Santander (Brasil) - Derivativo (ativo)/passivo	Var.Camb + 5,77% a.a	12/2026	22.729	(1.276)
Total de Instrumentos derivativos "swap"			22.729	(1.276)
Total de empréstimos e financiamentos líquido dos instrumentos derivativos			554.005	397.285

- a) Os contratos de empréstimos de capital de giro firmados com o Banco Itaú foram liquidados antecipadamente em outubro de 2025, com recursos provenientes da emissão de debentures.
- b) Em 2024, a Companhia repactuou os prazos de pagamento junto aos fornecedores de metais preciosos para 180 dias. Devido à extensão desse prazo e à essência financeira da operação, os saldos foram reclassificados para a rubrica de 'Empréstimos e Financiamentos'. No exercício de 2025, em função da redução no volume de aquisições e da otimização da estrutura de capital, o prazo médio de pagamento foi reduzido para 90 dias, cessando a utilização de operações de risco sacado. Consequentemente, as obrigações remanescentes voltaram a ser registradas na rubrica de 'Fornecedores'.

15.2 Emissão debentures

Em 5 de setembro de 2025, a Companhia concluiu sua 1ª emissão de debêntures, sendo emitidas 300.000 debentures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória e valor nominal de R\$1 cada, totalizando o montante de R\$300.000, correspondentes a R\$298.198 líquidos, após a dedução dos encargos de emissão de R\$1.802. O agente fiduciário é Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.



As debêntures têm prazo total de cinco anos, com vencimento do principal em duas parcelas, programadas para agosto de 2029 e agosto de 2030. A remuneração é composta pela variação acumulada da taxa DI-252 acrescida de spread de 0,7% ao ano, com pagamento de juros semestral a partir de fevereiro de 2026.

A emissão foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 7 de agosto de 2025 e tem por finalidade amortização antecipada de empréstimos de capital de giro contratados junto ao Banco Itaú e o valor excedente destinado ao reforço do caixa operacional da Companhia.

Os custos de transação incorridos na emissão, no montante de R\$1.802, foram registrados como redutor do passivo financeiro, sendo apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, conforme o CPC 48/IFRS 9 e o CPC 08/IAS 32.

As debêntures foram classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado, uma vez que representam obrigações contratuais de pagamento de caixa e não são mantidas para negociação.

15.3 Covenants

Para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes com instituições financeiras não existem cláusulas financeiras restritivas ("covenant"), apenas cláusulas de liquidação antecipada caso a emitente sofra protesto de títulos com valor superior a R\$10.000, para os contratos de capital de giro e R\$100.000 para as debêntures.

15.4 Vencimentos do passivo não circulante

Ano	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
De 1 a 2 anos	-	285.191
De 2 a 3 anos	298.303	-
Total	298.303	285.191

15.5 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	397.285	278.679
Captações – empréstimos bancários e debentures	300.000	190.000
Encargos de emissão das debentures	(1.818)	-
Captações - fornecedores convênio	146.635	48.182
Amortização do principal	(100.000)	(122.414)
Amortização do principal - fornecedores convênio	(194.416)	-
Liquidação contratos derivativos	-	(5.256)
Fluxo de caixa de financiamento	150.401	110.512
Pagamento de juros	(59.044)	(25.111)
Juros incorridos e variação cambial	23.268	24.966
Juros incorridos debentures	14.401	-
Juros incorridos - fornecedores convênio	9.665	-
Encargos financeiros de "swap" incorridos	17.908	8.239
Encargos financeiros de debentures incorridos	121	-
Outras variações (a)	6.319	8.094
Saldo no fim do exercício	554.005	397.285



a) Contém valores de operações sem efeito caixa, vide detalhes na nota explicativa nº 31.

16. OUTROS PASSIVOS

16.1 Composição dos saldos

O saldo de outros passivos é constituído por adiantamento de clientes, receitas diferidas e outras obrigações contratuais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de clientes	-	-	18.377	14.990
Receitas diferidas	-	-	6.435	6.828
Outras obrigações contratuais	799	1.750	8.465	2.476
Total outros passivos	799	1.750	33.277	24.294
Passivo circulante	450	1.089	28.951	18.982
Passivo não circulante	349	661	4.326	5.312
Total	799	1.750	33.277	24.294

17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

17.1 Movimentação das contingências

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	-	-	-
Adições	-	7	-	7
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	7	-	7
Adições	-	927	-	927
Pagamentos	-	(54)	-	(54)
Reversões	-	(503)	-	(503)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	377	-	377

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	2.955	6.553	5.066	14.574
Adições	7.364	19.646	3.556	30.566
Pagamentos	(1.569)	(8.499)	(3.105)	(13.173)
Reversões	(3.959)	(8.928)	(763)	(13.650)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.791	8.772	4.754	18.317
Adições	10.534	28.183	2.319	41.036
Pagamentos	(4.734)	(8.672)	(287)	(13.693)
Reversões	(6.717)	(11.965)	(41)	(18.723)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.874	16.318	6.745	26.937



17.2 Processos cíveis

Correspondem a ações renovatórias de aluguel de lojas, em que o Grupo é obrigado a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado, com a constituição de provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em ação judicial, e ações envolvendo direitos das relações de consumo, onde a provisão é calculada de acordo com o prognóstico de perda provável.

17.3 Processos trabalhistas

Correspondem a ações trabalhistas movidas por ex-funcionários, relacionadas, em grande parte, a pedidos de pagamentos de horas extras e seus reflexos, equiparação salarial, férias e abono pecuniário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, 13º salário, danos morais, gratificações, vínculo empregatício e nulidade do banco de horas. Os processos são classificados conforme cada pedido e com base no histórico de risco de perda para cada tema, com isso a provisão é constituída considerando os valores envolvidos com risco de perda provável.

17.4 Processos tributários

Em grande parte, os valores provisionados se referem a processos relacionados a exigência do diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL) e fundo de pobreza do ICMS em operações de vendas de mercadorias interestaduais para pessoa física ou jurídica não contribuinte do ICMS no Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Contribuição Previdenciária sobre o Terço Constitucional de Férias (Tema 985)

Em agosto de 2020, o STF (RE nº 1.072.485/PR) consolidou a tese de incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Em 2025, o Tribunal concluiu o julgamento dos recursos, modulando os efeitos da decisão para que a tributação retroaja a 15 de setembro de 2020.

Situação Processual das Controladas

Conipa: Em maio de 2025, o TRF1 reconheceu a tributação sobre o terço de férias. Em conformidade com a modulação do STF, a Companhia efetuou depósito judicial em julho de 2025, abrangendo o passivo acumulado desde setembro de 2020.

Tellerina: A controlada mantém liminar vigente que suspende a exigibilidade do recolhimento. No entanto, diante do encerramento do julgamento pelo STF em novembro de 2025, a Administração, apoiada por seus assessores jurídicos, mantém o provisionamento integral dos valores.

Classificação de Risco e Provisão

Com base no precedente do STF e na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração classifica o risco de perda como provável. Dessa forma, a Companhia mantém provisionado o montante integral dos valores devidos desde a data do julgamento pelo STF (agosto de 2020)



17.5 Movimentação dos depósitos judiciais

Depósitos judiciais	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	7.298	907	15.694	23.899
Adições	305	28	3	336
Atualização monetária	979	155	110	1.244
Resgates	(240)	(457)	(3)	(700)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.342	633	15.804	24.779
Adições	1.261	401	2.157	3.819
Atualização monetária	963	66	292	1.321
Resgates	(1.257)	(435)	-	(1.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.309	665	18.253	28.227

17.6 Processos com risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2025, os processos judiciais em andamento classificados pela Companhia, auxiliada por seus assessores jurídicos com risco de perda possível, estão demonstrados no quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	59.531	48.419
Cíveis	2.813	12.975
Riscos tributários	320.179	142.512
Total	382.523	203.906

Os processos trabalhistas com classificação de risco possível são mensurados com base nos valores das petições iniciais dos reclamantes que usualmente refletem estimativas elevadas de direitos trabalhistas alegados.

Os processos cíveis de risco possível, estão relacionados principalmente às ações de consumidores.

Os riscos tributários da Companhia são representados por processos judiciais e administrativos (autos de infração) nas esferas estadual e federal.

Âmbito estadual

As discussões referem-se predominantemente ao ICMS em diversas Unidades da Federação, totalizando R\$72.290.

Âmbito federal

Envolvem processos judiciais e administrativos relacionados aos tributos IPI, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros federais totalizando R\$247.889, dentro dos quais, se destacam:

- Auto de infração lavrado em 2025 contra a controlada Conipa relativo ao IRPJ e à CSLL para o período de 2021 a 2023. Na autuação, a autoridade fiscal reconheceu a exclusão da subvenção do crédito estímulo de ICMS da base de cálculo dos referidos impostos. Contudo, questionou a dedutibilidade das contribuições adicionais destinadas ao FTI e à UEA do Estado do Amazonas cujos valores estão sendo discutidos pela Companhia. O montante do auto de infração é de R\$79.896.



- Adicionalmente são informados os riscos possíveis relacionados aos créditos extemporâneos de Pis e Cofinsreconhecidos no exercício, no montante de R\$50.361.
- A controlada Conipa obteve, em dezembro de 2024, sentença favorável em primeira instância assegurando o direito ao crédito de IPI na aquisição de insumos da Zona Franca de Manaus (ZFM), conforme o Tema 322 do STF. O montante de R\$10.541 foi compensado com outros débitos federais e foi reconhecido na rubrica “Custos das mercadorias vendidas”.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social

O limite do capital social autorizado da Companhia é de 280.000.000 (duzentos e oitenta milhões) de ações ordinárias.

Em 15 de dezembro de 2025 em reunião do Conselho de Administração foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$866.644, sem a emissão de ações, mediante a capitalização das reservas legal e estatutária de lucros da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado totaliza o montante de R\$2.572.025 (R\$1.705.381 em 31 de dezembro de 2024).

A reserva de capital é composta pelos custos de emissões de ações.

18.2 Composição acionária

	Ações ordinárias	% Participação
Acionistas controladores	111.872.223	47,36%
Administradores	5.480	0,00%
Ações em tesouraria	1.125.955	0,48%
Ações em circulação	123.194.111	52,16%
Total	236.197.769	100%

18.3 Ações em tesouraria

O Plano de Recompra de Ações da Companhia, vigente por 12 meses, foi aprovado em 07 de maio de 2025, em Reunião do Conselho de Administração, com o objetivo de aumentar a geração de valor para seus acionistas. O plano permite a aplicação de recursos disponíveis para a aquisição de ações no mercado de valores mobiliários, a preços de mercado, visando sua manutenção em tesouraria, cancelamento, posterior alienação ou destinação a participantes de planos de incentivos baseados em ações da Companhia, sem redução do capital social. A operação respeita o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., na ICVM nº 567/15 e demais normas aplicáveis. A Companhia poderá adquirir até 10% das ações em circulação.



	Consolidado		
	Quantidade de ações	Valores de compra (em R\$)	Preço médio por ação (em R\$)
Saldo em 01 de janeiro de 2024	996.955	24.176.048	24,25
Ações cedidas Planos ILP	(179.365)	(4.298.805)	23,97
Recompra de ações para tesouraria	317.000	6.972.954	22,00
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.134.590	26.850.197	23,67
Ações cedidas Planos ILP	(108.135)	(2.560.601)	23,68
Recompra de ações para tesouraria	99.500	2.528.291	25,41
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.125.955	26.817.887	23,82

18.4 Política de distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas, os quais contêm as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal.
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências).

Conforme artigo 33, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, o percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação da “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.

A Companhia pagou aos acionistas em 21 de maio de 2025 o montante líquido de R\$155.177 referente a distribuição de dividendos sobre os resultados auferidos em 2024.

Conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares com base no saldo de lucros acumulados apurado no balanço de 30 de setembro de 2025, no montante total de R\$164.000 (R\$0,697659 por ação ordinária). O pagamento aos acionistas ocorreu em 29 de dezembro de 2025 com montante líquido de R\$163.998.

	Consolidado 31/12/2025
Lucro líquido do exercício	619.502
Base de cálculo para reserva legal	619.502
Reserva legal (5%)	(30.975)
Base de cálculo para dividendos	588.527
Dividendos obrigatórios (25%)	147.132
Dividendos intercalares distribuídos	164.000
Percentual dos dividendos distribuídos	27,87%
Destinação para Reserva estatutária	424.527

Em 31 de dezembro de 2025, a Reserva Legal totaliza o montante de R\$30.975 (R\$90.380 em 31 de dezembro de 2024).

Os saldos de dividendos a pagar no montante de R\$10 (R\$155.186 em 31 de dezembro de 2024) contemplam dividendos de exercícios anteriores disponibilizados e ainda não resgatados. Conforme previsto no estatuto



social da Companhia, os dividendos não resgatados prescrevem após 3 anos da data da disponibilização do crédito e são destinados para a Reserva Estatutária.

19. PARTES RELACIONADAS

19.1 Composição de saldos

Passivo	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
Tellerina Comércio de Presentes	3.307	1.646
Total	3.307	1.646

Os saldos a pagar para a Controlada Tellerina se referem principalmente ao repasse de despesas corporativas do Centro de Serviços Compartilhados, que incluem despesas de pessoal e serviços das áreas administrativas.

19.2 Operações intragrupo e saldo eliminados na consolidação

As empresas do Grupo realizam operações entre si relacionadas a compra e venda de mercadorias e matérias-primas, cobrança de despesas administrativas através de Centro de Serviços Compartilhado e royalties relacionados aos direitos autorais do design de joias. Todas as operações intragrupo foram eliminadas para fins de consolidação e divulgação.

	31/12/2025			
	TELLERINA	CONIPA	VIVARA	TELLERINA PANAMÁ
<u>Operação</u>				
Vendas (compras) de mercadorias	(2.552.081)	2.552.081	-	-
Exportação (importação) de mercadorias	2.868	-	-	(2.868)
Vendas (compras) de matéria-prima	298.951	(298.951)	-	-
Exportação (importação) de imobilizado, materiais e insumos	84	-	-	(84)
Direitos autorais	352.769	(352.769)	-	-
Despesas administrativas Centro de Serviços Compartilhado	13.147	(9.604)	(3.543)	-
Total	(1.884.262)	1.890.757	(3.543)	(2.952)
	31/12/2024			
	TELLERINA	CONIPA	VIVARA	TELLERINA PANAMÁ
<u>Operação</u>				
Vendas (compras) de mercadorias	(2.461.329)	2.461.329	-	-
Exportação (importação) de mercadorias	9.066	-	-	(9.066)
Vendas (compras) de matéria-prima	70.063	(70.063)	-	-
Exportação (importação) de imobilizado, materiais e insumos	553	-	-	(553)
Direitos autorais	360.948	(360.948)	-	-
Despesas administrativas Centro de Serviços Compartilhado	18.601	(12.158)	(6.443)	-
Total	(2.002.098)	2.018.160	(6.443)	(9.619)



19.3 Remuneração dos administradores

Em 22 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício de 2025 em até R\$13.877 (R\$24.328 para exercício de 2024).

Remuneração dos administradores	31/12/2025			31/12/2024		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	1.423	-	1.423	1.806	670	2.476
Conselho Fiscal	374	-	374	-	-	-
Diretores estatutários	3.802	6.422	10.224	4.082	7.293	11.375
Total	5.599	6.422	12.020	5.888	7.963	13.851

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

20.1 Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa quando elas forem realizadas, com base na legislação vigente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estejam relacionados a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

20.2 Incentivos fiscais - lucro da exploração

A fábrica de joias está situada em Manaus, na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e mediante a resolução nº 1.175/20224 emitida pela Diretoria Colegiada da Superintendência do



Desenvolvimento da Amazônia (Dicol/Sudam), de 27 de dezembro de 2024, a Conipa estendeu até 31 de dezembro de 2033 o incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre as vendas dos produtos de fabricação própria produzidos na Zona Franca de Manaus, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Conipa está obrigada a: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicar valores da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção na área de atuação da SUDAM; (iii) constituir reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibir distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Conipa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentar anualmente declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

20.3 Incentivos fiscais - créditos presumidos de ICMS

As controladas Tellerina e Conipa possuem benefício fiscal de crédito presumido e crédito estímulo do ICMS, que prevê a redução da alíquota do ICMS na tributação das saídas sem o direito de crédito nas entradas, nos Estados do Amazonas, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco. O benefício é para reinvestimento nos referidos Estados e é registrado como Receita de Subvenção. Os valores relativos aos incentivos foram destinados à reserva no Patrimônio Líquido e não podem ser distribuídos como lucro para a Controladora.

20.4 Créditos IRPJ e CSLL a recuperar

A Vivara Participações apresenta saldo credor na apuração do IRPJ e CSLL referente aos exercícios de 2024 e 2025, no montante de R\$4.301 (R\$1.600 em 31 de dezembro de 2024).

Em decorrência do benefício fiscal do Lucro de Exploração, a Conipa apresenta saldo credor de IRPJ em relação às estimativas pagas dos exercícios 2024 e 2025, no montante de R\$28.424 (R\$28.527 em 31 de dezembro de 2024).

A Tellerina detém créditos a recuperar de IRPJ e CSLL no montante de R\$45.763 (R\$67.974 em 31 de dezembro de 2024). A seguir são detalhados os principais créditos:

Nos exercícios de 2014 e 2015, a Tellerina apurou créditos de IRPJ e CSLL no montante total de R\$36.848, decorrentes da exclusão, da base de cálculo desses tributos, dos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimento, conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

Os referidos créditos foram objeto de compensações com tributos federais, porém tiveram seus pedidos indeferidos pela Receita Federal. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade no âmbito administrativo. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, os processos relativos ao IRPJ e à CSLL de 2014, bem como ao IRPJ de 2015, seguem em tramitação.

Em relação à CSLL de 2015, a Companhia obteve decisão favorável e realizou a compensação com débitos de Pis e Cofins em dezembro de 2025. Em 12 de fevereiro de 2026, a Tellerina recebeu notificação da Receita Federal homologando a compensação realizada via formulário em processo digital.

Conforme avaliação dos assessores jurídicos, caso as restituições pleiteadas não sejam reconhecidas administrativamente, e uma vez encerrada a discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), será proposta ação anulatória de despacho denegatório de restituição, nos termos do artigo 169 do



Código Tributário Nacional (CTN), visando assegurar a análise de mérito sobre a existência, a composição e a validade dos saldos negativos de IRPJ e CSLL. O prognóstico de risco de perda é possível.

Direito ao crédito sobre a inconstitucionalidade da tributação sobre correção Selic

Os créditos de IRPJ e CSLL foram reconhecidos conforme os termos da interpretação técnica ICPC22/IFRIC 23 e com base na decisão proferida pela Suprema Corte no julgamento realizado em 27 de setembro de 2021 do recurso extraordinário 1.063.187, referente a inconstitucionalidade do oferecimento à tributação do IRPJ e CSLL da correção monetária Selic sobre os créditos recebidos pelos contribuintes na repetição de indébitos tributários.

A Tellerina impetrou o Mandado de Segurança nº 1020648-21.2020.4.01.3200 perante a 1ª Vara Federal de Manaus, obtendo êxito com trânsito em julgado em 07 de março de 2024 e declaração de inexecução em 13 de maio de 2024. A Companhia protocolou o pedido de homologação dos créditos em 03 de junho de 2024 e obteve o deferimento em 02 de setembro de 2024 perante a Receita Federal do Brasil. Os créditos foram compensados, restando o montante de R\$3.904 (R\$12.335 em 31 de dezembro de 2024) de saldo a compensar.

20.5 IRPJ e CSLL a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	4.301	1.600	73.538	80.531
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	4.889	17.323
Total	4.301	1.600	78.427	97.854
Ativo circulante	4.301	1.600	50.247	33.149
Ativo não circulante	-	-	28.180	64.705
Total	4.301	1.600	78.427	97.854

20.6 Expectativa de realização dos créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	4.301	1.600	50.247	33.149
De 1 a 2 anos	-	-	-	23.504
De 2 a 3 anos	-	-	28.180	41.201
Total	4.301	1.600	78.427	97.854

20.7 IRPJ e CSLL a recolher

A controlada Conipa efetuou o recolhimento antecipado de R\$75.535 a título de IRPJ e CSLL, com base na sistemática de estimativa mensal sobre a receita bruta auferida.

Em decorrência do benefício fiscal do Lucro da Exploração, o ajuste anual resultou em saldo credor de IRPJ e saldo devedor de CSLL. O saldo remanescente a pagar de CSLL referente ao exercício de 2025 tem prazo para recolhimento até 31 de março de 2026, sem multa e apenas com correção Selic.



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CSLL a recolher	1.186	-	33.581	43.254
Total	1.186	-	33.581	43.254

20.8 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	605.300	653.394	587.798	626.238
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social taxa nominal	(205.802)	(222.154)	(199.851)	(212.921)
Prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	22.545	(3.984)	22.042	(4.538)
<u>Diferenças permanentes:</u>				
Resultado de equivalência patrimonial	213.514	226.138	-	-
Outras despesas não dedutíveis	130	-	(28.789)	(1.421)
Recuperação IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	(2.186)	-	(4.438)	310
Crédito extemporâneo lucro da exploração	-	-	-	6.490
Juros sobre capital próprio recebidos	(14.000)	-	-	-
Incentivo fiscal - Lei do Bem e PAT	-	-	8.094	6.410
Incentivo fiscal - ICMS	-	-	113.579	92.484
Incentivo fiscal - Lucro da exploração	-	-	121.069	140.342
Total	14.202	-	31.706	27.156
Correntes	(6.641)	-	(107.618)	(108.150)
Diferidos	20.843	-	139.324	135.306
Total	14.202	-	31.706	27.156
Alíquota efetiva - imposto corrente	-2,35%	-	-5,39%	-4,34%



20.9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2025		31/12/2024	
	Base IRPJ e CSLL	Base IRPJ	Base CSLL	Base IRPJ	Base CSLL
<u>Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:</u>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	353	353	241	241
Provisão para perdas dos estoques	-	4.688	4.688	5.401	5.401
Provisão despesas	263	102.350	102.350	84.955	84.955
Lucro não realizado em operações de controladas	-	1.293.806	1.293.806	1.029.612	1.029.612
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	377	26.937	26.937	18.310	18.310
Arrendamentos Direito de Uso	-	662.092	662.092	541.707	541.707
Prejuízo fiscal ou Base negativa de CSLL	60.662	191.647	190.903	71.116	70.372
Base de cálculo imposto diferido ativo	61.302	2.281.874	2.281.130	1.751.342	1.750.598
Imposto de renda diferido ativo	15.326		570.469		437.835
Contribuição social diferida ativa	5.517		205.302		157.553
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	20.843		775.771		595.388
<u>Impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias:</u>					
Direito de Uso	-	(574.929)	(574.929)	(474.664)	(474.664)
Depreciação taxa fiscal x taxa econômica	-	(34.245)	(34.425)	(13.926)	(13.926)
Base de cálculo imposto diferido passivo	-	(609.354)	(609.354)	(488.590)	(488.590)
Imposto de renda diferido passivo	-		(152.339)		(122.148)
Contribuição social diferida passiva	-		(54.842)		(43.973)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-		(207.181)		(166.121)
Imposto de renda diferido	15.325		418.130		315.687
Contribuição social diferida	5.517		150.460		113.580
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.842		568.590		429.267

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS

21.1 Reconhecimento de Receita e Políticas Contábeis

Critérios de Reconhecimento

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando a obrigação de desempenho é satisfeita, o que ocorre no momento da transferência do controle dos produtos ao cliente. No varejo físico, o controle é transferido na entrega imediata da mercadoria; no e-commerce, a transferência ocorre no ato da entrega ao consumidor final. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, trocas e descontos comerciais.

Programa de Fidelidade (Giftback)

A Companhia implementou o programa de *Giftback*, que concede aos clientes um bônus de 10% sobre o valor da compra para utilização em aquisições futuras, respeitados os critérios de elegibilidade e prazos de validade.



Em conformidade com o CPC 47, esse bônus é tratado como um "direito material" concedido ao cliente. Assim, a Companhia reconhece uma provisão para descontos a conceder, mensurada com base na estimativa histórica de resgate dos bônus emitidos. Esse montante é registrado como uma redução da receita bruta no momento da venda original, sendo revertido no resultado apenas quando o bônus é efetivamente utilizado pelo cliente ou expira.

21.2 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas de mercadorias	3.802.631	3.277.471
Receita bruta de serviços prestados	8.272	9.858
Deduções da receita bruta:		
ICMS	(750.042)	(644.174)
ICMS subvenção	334.056	272.011
COFINS	(255.923)	(224.772)
PIS	(55.290)	(48.806)
F.T.I. e UEA	(47.267)	(48.052)
ISS	(254)	(340)
Devoluções de vendas	(9.601)	(16.083)
Total	3.026.582	2.577.113

22. DESPESAS POR NATUREZA

O Grupo Vivara apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

22.1 Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(900.722)	(700.422)
Pessoal	(18.387)	(52.123)
Depreciação e amortização	(1.636)	(5.340)
Energia, água e telefone	(107)	(706)
Frete	(620)	(8.496)
Total	(921.472)	(767.087)



22.2 Despesas com vendas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(520.730)	(476.641)
Frete	(55.940)	(40.549)
Despesas de marketing	(123.951)	(97.153)
Serviços profissionais contratados	(48.338)	(26.627)
Aluguéis e condomínios	(107.186)	(95.977)
Depreciação e amortização	(85.796)	(85.936)
Comissão sobre cartões	(67.724)	(64.863)
Energia, água e telefone	(9.846)	(8.659)
Impostos e taxas	(19.736)	(18.111)
Outras despesas por natureza	(47.029)	(31.581)
Total	(1.086.276)	(946.097)

22.3 Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(7.788)	(10.134)
Serviços profissionais contratados	(1.536)	(1.022)
Impostos e taxas	(695)	(529)
Outras despesas por natureza	(209)	(242)
Total	(10.228)	(11.927)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(96.622)	(84.947)
Serviços profissionais contratados	(85.173)	(74.070)
Aluguéis e condomínios	(1.394)	137
Energia, água e telefone	(1.681)	(1.773)
Depreciação e amortização	(65.404)	(58.366)
Impostos e taxas	(6.720)	(9.467)
Outras despesas por natureza	(25.222)	(29.486)
Total	(282.216)	(257.972)

23. INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS

A Companhia e suas controladas operam em um único segmento de negócio, voltado ao Varejo. O Grupo é organizado e gerenciado como uma unidade de negócio indivisível para fins comerciais, estratégicos e gerenciais.

As informações financeiras são reportadas de forma consolidada ao Diretor Presidente (CEO), identificado como o principal tomador de decisões operacionais, a quem compete a alocação de recursos e a avaliação de desempenho global.



Embora os produtos sejam distribuídos por diversas categorias e canais de venda, a Administração monitora o resultado de forma integrada, uma vez que a estrutura logística, administrativa e de custos fixos é compartilhada, não permitindo uma segmentação fidedigna de margens e resultados operacionais por linha de produto.

Para fins de monitoramento gerencial, a Administração apresenta a seguir a abertura da receita bruta excluindo as devoluções, segregada por categorias e canais de distribuição:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Joias	1.853.378	1.582.845
Life	1.354.460	1.176.407
Relógios	536.167	443.554
Acessórios	49.024	58.582
Serviços	8.272	9.858
Total	3.801.302	3.271.246
Lojas	3.223.909	2.788.197
Vendas digitais	561.584	469.827
Outros	7.537	3.363
Serviços	8.272	9.858
Total	3.801.302	3.271.245

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(424)	(7)
Outras receitas (despesas)	(2)	(6)
Total	(426)	(13)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Créditos e débitos tributários 24.1	6.513	87.298
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(22.313)	(16.916)
Perdas esperadas de crédito	(114)	233
Baixa de bens do ativo imobilizado	(141)	(1.036)
Contratos de arrendamento baixados	819	1.292
Outras receitas (despesas)	4.940	6.757
Total	(10.296)	77.628

24.1 Créditos e débitos tributários

No exercício de 2024, a Companhia apropriou créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante total de R\$ 87.298. Desse valor, R\$ 82.136 referem-se à aquisição de matérias-primas pela filial de São Paulo da



controlada Conipa, e R\$ 5.162 à contratação de serviços enquadrados como insumos operacionais em suas controladas.

Em 2025, o reconhecimento de créditos extemporâneos totalizou R\$ 49.354, decompostos em:

- R\$ 38.950 de PIS e COFINS sobre serviços (insumos) da controlada Tellerina; e
- R\$ 10.404 de ICMS, relativos a operações de antecipação tributária no Estado do Pará.

Serviço de Monitoramento dos Maiores Contribuintes

A controlada Tellerina, no âmbito de monitoramento dos maiores contribuintes, instituído pela Portaria RB nº. 4.888 de 07 dezembro de 2020, optou pela regularização espontânea de suas apurações de IPI, em relação aos critérios de aferição da sua base de cálculo. Desta feita, a Companhia reconheceu e recolheu débitos de IPI no montante total de R\$58.333, dos quais R\$42.841 perfazem o valor principal e R\$15.492 correspondem a atualização de juros que foi registrado na rubrica “Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias” na nota explicativa 26.

25. RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência e abrangem, primordialmente, os rendimentos de aplicações financeiras, mensurados pelo método da taxa de juros efetiva.

Adicionalmente, a Companhia reconhece variações cambiais ativas decorrentes da atualização monetária de ativos denominados em moeda estrangeira, cujos efeitos são registrados no resultado do exercício à medida que as taxas de câmbio sofrem oscilações.

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicações financeiras	6.516	189
Correção monetária	155	87
Variação cambial ativa	9	6
Outras receitas financeiras	7	-
Total	6.687	282

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicações financeiras	22.366	30.294
Correção monetária	25.544	23.544
Variação cambial ativa	21.121	2.666
Outras receitas financeiras	706	431
Total	69.737	56.935

26. DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência e compreendem, primordialmente:

- Custo de Captação: Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, mensurados com base no método da taxa de juros efetiva;
- Variações Cambiais: Efeitos das oscilações nas taxas de câmbio sobre obrigações denominadas em moeda estrangeira, em especial junto a fornecedores internacionais;



- Instrumentos Financeiros Derivativos: Variações no valor justo de operações de swap contratadas para a mitigação de riscos (Hedge) de contratos de mútuo e financiamentos externos (Lei nº 4.131);
- Despesas Bancárias: Tarifas de serviços e demais custos incidentes sobre as movimentações operacionais e financeiras do Grupo.

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre debentures	(14.522)	-
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(15)	(30)
Tarifas bancárias	(3)	(2)
Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias	(50)	(6)
Variação cambial passiva	(6)	(11)
Pis e Cofins sobre receitas de JSCP	(3.809)	-
Outras despesas financeiras	(311)	(12)
Total	(18.716)	(61)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.268)	(44.387)
Encargos financeiros instrumentos derivativos	(17.908)	11.182
Juros sobre debentures	(14.522)	-
Encargos sobre arrendamentos de direito de uso	(80.179)	(60.051)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(333)	(65)
Tarifas bancárias	(397)	(846)
Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias	(19.179)	(1.971)
Variação cambial passiva	(31.288)	(14.848)
Encargos sobre antecipações de recebíveis	(5.343)	-
Pis e Cofins sobre receitas de JSCP	(3.809)	-
Juros incorridos - fornecedores convênio	(9.665)	-
Outras despesas financeiras	(2.370)	(3.296)
Total	(208.261)	(114.282)

27. LUCRO POR AÇÃO

27.1 Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

27.2 Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis.



O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Lucro líquido do período (a)	619.502	653.394
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	236.198	236.198
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(1.119)	(1.111)
Média ponderada de número de ações em circulação (b)	235.079	235.087
Lucro por ação - básico (em R\$) (a/b)	2,63529	2,77937
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	236.198	236.198
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(1.119)	(1.111)
Média ponderada de número de ações outorgadas	41	85
Média ponderada de número de ações diluídas (c)	235.120	235.172
Lucro por ação - diluído (em R\$) (a/c)	2,63483	2,77837

O efeito diluidor no lucro por ação é representado pelos planos de outorgas de ações, demonstrados na nota explicativa nº 30.

28. ARRENDAMENTOS DIREITO DE USO

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía 500 (460 em 31 de dezembro de 2024) contratos de locação de lojas, quiosques, fábrica e centro administrativo firmados com terceiros. Deste total, 80 (64 em 31 de dezembro de 2024) contratos se enquadraram nos critérios de isenção de reconhecimento do direito de uso e foram classificados na rubrica “Aluguéis e condomínios” demonstrada na nota explicativa nº 22 totalizam R\$37.786 (R\$27.028 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia mensurou suas taxas de desconto, com base na taxa referencial BM&FBovespa da Dlxpré, 252 dias úteis, obtida na B3, para a data base da adoção inicial (taxa de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro), para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de cotações junto aos principais bancos com os quais a Companhia mantém operações de dívida.

Em 31 de dezembro de 2025, os 420 contratos de locação (396 em 31 de dezembro de 2024), classificados como arrendamento de direito de uso, possuem prazos de vencimentos entre 5 e 10 anos e a taxa média ponderada de desconto no período é de 12,92% ao ano (12,19% ao ano em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado considerando a taxa nominal e sem considerar os efeitos de inflação futura projetada, nos fluxos descontados.

Para atendimento ao Ofício da CVM nº 02/2019 divulga-se os inputs para fins de projeção do modelo taxa nominal e fluxo de caixa descontado recomendados pela CVM, usando como parâmetro a inflação média obtida no site da B3, data-base 31 de dezembro de 2025.



A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto e de inflação futura praticadas, vis-à-vis os prazos de contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazo dos contratos	Qtd. contratos	Taxa média de desconto	Taxa média de inflação futura
3 anos	1	17,16%	7,68%
5 anos	1	8,00%	1,85%
6 anos	10	11,05%	7,17%
7 anos	12	13,94%	7,08%
8 anos	18	13,97%	6,89%
9 anos	11	14,02%	6,92%
10 anos	367	14,42%	6,86%
Total	420		

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamentos de direito de uso no período são:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	560.200	502.684
Adição de novos contratos (a)	25.337	61.608
Remensuração (a)	156.768	66.224
Baixas do período	(4.903)	(7.569)
Encargos financeiros apropriados	80.179	60.051
Pagamentos de juros	(33.391)	(58.434)
Pagamentos de principal	(101.166)	(64.716)
Ajuste de conversão	(319)	352
Saldo no final do período	682.705	560.200
Passivo circulante	83.187	88.069
Passivo não circulante	599.518	472.131
Total	682.705	560.200

a) Contém valores de operações sem efeito caixa, vide detalhes na nota explicativa nº 31.



A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025:

Maturidade dos contratos	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Vencimento das prestações:		
Até 1 ano	139.829	125.438
De 1 a 2 anos	139.666	115.327
De 2 a 3 anos	139.350	109.805
De 3 a 5 anos	273.517	197.032
Maior que 5 anos	360.342	309.582
Total das parcelas não descontadas	1.052.704	857.184
Juros embutidos	(369.999)	(296.984)
Saldo passivo de arrendamentos de direito de uso	682.705	560.200

Na mensuração dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, a Companhia deduz os créditos tributários vincendos sobre os pagamentos de aluguel, conforme o regime não cumulativo.

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária), o sistema tributário brasileiro passará por um período de transição que culminará na extinção do PIS e da COFINS em 31 de dezembro de 2026. A partir de 1º de janeiro de 2027, essas contribuições serão substituídas pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Diante desse cenário, a Administração revisou as projeções de créditos tributários recuperáveis integradas ao cálculo do valor presente dos arrendamentos. Para os fluxos de caixa com vencimento até 31 de dezembro de 2026, foram consideradas as alíquotas vigentes de PIS e COFINS (9,25% no regime não cumulativo). Para as obrigações de desempenho com vencimento a partir de 2027, a Companhia considerou a continuidade da recuperabilidade tributária sob a égide da CBS, cujas diretrizes preveem a manutenção do direito ao crédito sobre operações de arrendamento mercantil, garantindo a neutralidade da carga tributária na mensuração do ativo e passivo financeiro.

A Companhia monitora continuamente as leis complementares que regulamentarão as alíquotas e mecanismos de compensação da CBS para ajustar, caso necessário, as estimativas de fluxos de caixa líquidos de impostos.



A movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Custo:		
Saldo no início do período	832.197	712.483
Adição de novos contratos	25.337	61.608
Remensuração	156.768	66.224
Baixas do período	(7.330)	(13.491)
Ajuste de conversão	(358)	377
Custos diretos - pontos comerciais	1.410	4.996
Saldo no final do período	1.008.024	832.197
Amortização:		
Saldo no início do período	(330.872)	(250.199)
Despesa de amortização do período	(87.416)	(87.868)
Baixas do período	3.246	7.215
Ajuste de conversão	41	(20)
Saldo no final do período	(415.001)	(330.872)
Direitos de uso locação de imóveis – valor residual	593.023	501.325

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:



- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

29.2 Instrumentos derivativos

A Administração utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como “swaps” para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de “hedge”.

Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros “mensurados ao valor justo” e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro.



VIVARA

29.3 Categorias de instrumentos financeiros

			Controladora				Consolidado			
			31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<u>Ativos financeiros</u>										
Custo amortizado:										
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2		16.656	16.656	3.482	3.482	398.644	398.644	278.153	278.153
Contas a receber	Nível 2		-	-	-	-	989.601	989.601	955.208	955.208
Títulos e valores mobiliários	Nível 2		-	-	-	-	-	-	4.530	4.530
Subtotal			16.656	16.656	3.482	3.482	1.388.245	1.388.245	1.237.891	1.237.891
Valor justo por meio de resultado:										
Instrumentos derivativos	Nível 2		-	-	-	-	-	-	1.276	1.276
Total ativos financeiros			16.656	16.656	3.482	3.482	1.388.245	1.388.245	1.239.167	1.239.167
<u>Passivos financeiros</u>										
Custo amortizado:										
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2		223	223	-	-	189.472	189.472	93.654	93.654
Fornecedores - Convênio	Nível 2		-	-	-	-	4.610	4.610	214.135	214.135
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	Nível 2		-	-	2	2	-	-	2	2
Dividendos a pagar	Nível 2		10	10	155.186	155.186	-	-	155.186	155.186
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2		3.307	3.307	1.646	1.646	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2		319.080	312.704	-	-	532.969	531.276	396.396	398.561
Subtotal			322.620	316.244	156.834	156.834	727.051	725.358	859.373	861.538
Valor justo por meio de resultado:										
Instrumentos derivativos	Nível 2		-	-	-	-	22.729	22.729	-	-
Total passivos financeiros			322.620	316.244	156.834	156.834	749.780	748.087	859.373	861.538



29.4 Riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (câmbio e juros), de crédito e de liquidez. A gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

29.5 Gestão do risco de taxa de câmbio

Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”.

A exposição cambial líquida da Companhia está demonstrada a seguir:

Tipo de operação	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor da dívida	Instrumento derivativo	Exposição líquida	Valor da dívida	Instrumento derivativo	Exposição líquida
Resolução 4131	220.265	(220.265)	-	245.071	(245.071)	-
Total de empréstimos e financiamentos	220.265	(220.265)	-	245.071	(245.071)	-
Fornecedores estrangeiros	30.515	-	30.515	35.528	-	35.528
Total Fornecedores estrangeiros	30.515	-	30.515	35.528	-	35.528
Total exposição cambial	250.780	(220.265)	30.515	280.599	(245.071)	35.528
Cotação dólar balanço	5,5024	5,5024	5,5024	6,1923	6,1923	6,1923
Total da exposição em dólares	45.577	(40.031)	5.546	45.314	(39.577)	5.737

As controladas da Companhia importam de fornecedores estrangeiros mercadorias, matérias-primas e insumos para fabricação e comercialização. Essas compras são substancialmente denominadas em dólares norte-americanos e estão expostas a variação do câmbio.

29.6 Instrumentos derivativos

A Companhia contratou operações de “swap” com o objetivo de minimizar o risco de exposição cambial gerado pelos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Essas operações consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI.

As operações de “swap” em aberto em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa - Swap Ativo	Taxa - Swap Passivo	Consolidado					
			31/12/2025			31/12/2024		
			Valor de referência (nacional)	Valor justo	Efeito acumulado MTM	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Efeito acumulado MTM
Derivativo SWAP	US\$ +5,77% a.a.	CDI +0,55% a.a.	220.266	242.995	(22.729)	245.071	243.795	1.276
Valor líquido operação			220.266	242.995	(22.729)	245.071	243.795	1.276

O saldo passivo de R\$22.729 refere-se ao ajuste líquido a pagar (R\$1.276 a receber em 31 de dezembro de 2024), calculado a valor de mercado em 31 de dezembro de 2025, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrado na rubrica “Instrumentos derivativos”.



29.7 Análise de sensibilidade

Risco de câmbio

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a Administração entende que há necessidade de considerar somente o passivo com fornecedores estrangeiros que não está protegido do risco cambial, já que não possui instrumentos derivativos equivalentes registrados no balanço patrimonial. A exposição cambial dessas operações está demonstrada no quadro a seguir:

Risco de câmbio	31/12/2025	31/12/2024
Total da exposição cambial em moeda nacional	30.515	35.528
Total da exposição cambial em moeda estrangeira	5.546	5.737

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda estrangeira, foi elaborada análise de sensibilidade ao risco da taxa de câmbio dos empréstimos em três cenários.

No cenário I foi definida a taxa de câmbio de R\$5,53 com base na cotação do dólar norte-americano futuro negociado na B3, limitado a 12 meses. No cenário II foi projetada pela Administração, desvalorização de 5% do dólar norte americano. Para o cenário III foi projetada desvalorização do dólar norte-americano em 0,68% de acordo com a cotação futura apresentada no Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 06 de fevereiro de 2026.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Valor nocional da exposição líquida (em moeda estrangeira)	5.546	5.546	5.546
Valor nocional da exposição líquida (em moeda local)	30.515	30.515	30.515
Valor projetado (em moeda local)	30.712	29.176	30.503
Impacto da variação cambial	(197)	1.339	12
Taxa do dólar norte-americano	5,5377	5,2608	5,5000

Risco de taxa de juros

Considerando que em 31 de dezembro de 2025 a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política do Grupo de proteção de riscos cambiais, o risco passa a ser a exposição à variação do CDI. As aplicações financeiras e investimentos em letras financeiras da Companhia também estão expostas a variação do CDI de forma que a Companhia apresenta a exposição líquida ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e derivativos expostos ao CDI	554.005	397.285
Aplicações financeiras de caixas e equivalentes expostas ao CDI	(378.885)	(263.127)
Aplicações em letras financeiras expostas ao CDI	-	(4.530)
Total da exposição ao CDI	175.120	129.628

A Administração considera o risco de variações no CDI em 2026 e na análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as despesas financeiras, foram considerados dois cenários projetados, com aumento de 5% no cenário II e redução de 14,46% no cenário III da taxa do CDI respectivamente, tendo como base a projeção da Selic ao final de 2026 em 12,25%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 06 de fevereiro de 2026.



Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Exposição líquida ao CDI	175.121	175.121	175.121
Valor projetado	175.121	176.375	171.496
Impacto da variação do CDI	-	(1.254)	3.625
Taxa do CDI	14,32%	15,04%	12,25%

29.8 Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Parte relevante dos recebíveis do Grupo são provenientes de parcelamentos de cartões de crédito. As contrapartes são adquirentes de grande porte, dos quais o Grupo não teve inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis.

29.9 Gestão de risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados do Consolidado:

		Fluxo de caixa				
	Saldos em	Até	Até	De 2 a	Acima de	
Operação	31/12/2025	1 ano	2 anos	5 anos	5 anos	Total
Fornecedores	189.472	189.472	-	-	-	189.472
Fornecedores convênio	4.610	4.610	-	-	-	4.610
Empréstimos e financiamentos	531.276	268.108	45.022	411.508	-	724.638
Dividendos a pagar	10	10	-	-	-	10
Arrendamentos direito de uso a pagar	682.705	139.829	139.666	412.867	360.342	1.052.704
Instrumentos derivativos	22.729	35.489	-	-	-	35.489
		Fluxo de caixa				
	Saldos em	Até	Até	De 2 a	Acima de	
Operação	31/12/2024	1 ano	2 anos	5 anos	5 anos	Total
Fornecedores	93.654	93.654	-	-	-	93.654
Fornecedores convênio	214.135	214.135	-	-	-	214.135
Empréstimos e financiamentos	398.561	131.083	299.985	-	-	431.068
Juros sobre Capital Próprio a pagar	2	2	-	-	-	2
Dividendos a pagar	155.186	155.186	-	-	-	155.186
Arrendamentos direito de uso a pagar	560.200	125.438	115.327	306.837	309.582	857.184



29.10 Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais as controladas podem ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.

Informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

30. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

As ações outorgadas representam as operações de pagamentos com base em ações referente remuneração de empregados, executivos e Conselheiros da Companhia e suas controladas e são reconhecidas contabilmente de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 10(R1)/IFRS 2.

A Companhia mensura o custo das transações de remuneração com base em ações pelo valor da ação no fechamento do mercado na média dos últimos 45 dias da outorga. As ações outorgadas são reconhecidas como despesa no resultado da Companhia ao longo do tempo de carência, em contrapartida da rubrica de “Opções outorgadas” no Patrimônio Líquido.

As ações outorgadas aos participantes dos planos possuem carência de até 36 meses. As condições para que as ações sejam disponibilizadas aos beneficiários incluem a permanência como colaborador da Companhia, atingimento de metas relacionadas aos indicadores de performance determinados para o período, entre eles ROIC (“Return On Invested Capital”) e TSR (“Total Shareholder Return”).

O efeito dilutivo das ações outorgadas em aberto é refletido como uma diluição adicional no cálculo do lucro diluído por ação conforme nota explicativa nº 27.

Planos de Remuneração

Os Planos de Incentivo têm por objetivo o alinhamento dos interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia e o desenvolvimento de objetivos sociais e sustentáveis para geração de valor para Companhia e poderão entregar aos participantes ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia, através de ações de emissão da Companhia em tesouraria.

Plano de Outorga de Ações (“Plano de Outorga”)

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o plano de outorga estabelece a possibilidade de a Companhia entregar aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, mediante determinados termos e condições, ações de emissão da Companhia em tesouraria. Serão elegíveis para participar do Plano de Outorga conselheiros, diretores, gerentes ou empregados de alto nível da Companhia e suas controladas.

Em maio de 2023, foram outorgadas 84.763 ações, em seu limite global, referente a renovação do programa de outorga de Ações, exclusivo para Conselheiros. As ações foram disponibilizadas aos Conselheiros entre maio e julho de 2025.

Para o novo mandato dos Conselheiros de Administração iniciado em maio de 2025 não houve outorga.

Plano de Investimento em Ações (“Plano ‘Matching Shares’”)

O Plano de “Matching Shares” prevê a outorga de Ações “Matching” aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, desde que, dentre outras condições, os participantes invistam recursos próprios



na aquisição e manutenção de determinada quantidade de ações de emissão da Companhia durante um período de carência de 36 meses. São elegíveis para participar do Plano de “Matching Shares” os diretores, gerentes ou empregados da Companhia.

Anualmente, no mês de maio, os participantes adquiriram ações com recursos próprios. Desde que cumpridas as condições estipuladas no programa, após 36 meses, farão jus ao recebimento das quantidades de ações prevista em cada plano.

A provisão contábil é registrada pelo período de vigência de cada plano e está reconhecida no resultado da Companhia na rubrica “Pessoal” conforme divulgado na nota explicativa nº 22.3

A movimentação dos planos está demonstrada a seguir:

Consolidado								
	Qtde. Ações	Prazo (meses)	Cotação da ação (R\$)	31/12/2024	Adições	Cessões	Exclusões	31/12/2025
Conselheiros 2023/2025	-	24	-	1.442	336	(1.417)	(361)	-
Executivos 2022	-	36	-	981	661	(1.548)	(94)	-
Executivos 2023	38.240	36	26,29	980	43	(61)	-	962
Executivos 2024	42.080	36	22,94	943	192	(187)	(18)	930
Executivos 2025	484	36	24,73	-	84	-	-	84
	80.804			4.346	1.316	(3.213)	(473)	1.976

31. TRANSAÇÕES SEM EFEITO CAIXA

As adições e remensurações dos Arrendamentos de Direito de Uso, em 31 de dezembro de 2025, totalizaram R\$182.105 (R\$127.832 em 31 de dezembro de 2024), referentes a novos contratos e aos reajustes anuais, não gerando impacto no caixa no momento de sua incorporação ao ativo e ao passivo.

Os juros incorridos, variações cambiais e encargos de derivativos, no valor de R\$65.363 (R\$33.205 em 31 de dezembro de 2024), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 15.3, não geram efeito caixa no momento de sua apropriação no resultado. Os respectivos impactos no caixa estão refletidos na Demonstração dos Fluxos de Caixa, afetando as atividades operacionais e de financiamento.

Em 15 de dezembro de 2015 conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração, houve aumento de capital no montante de R\$866.644 através da capitalização das Reservas Legal e de Lucros Estatutários.

Vivara Participações S/A

Diretoria Estatutária

Thiago Lima Borges - Diretor Presidente

Elias Leal Lima - Diretor Finanças e Relações com Investidores

Cassiano Lemos – Diretor de Operações

Contador

Rodrigo Alberto Ferreira - CRC 1SP 254.508/O-1

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ n.º 33.839.910/0001-11
NIRE 35.300.539.087 | Código CVM 02480-5
(Companhia Aberta)

ANEXO I

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças da **VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto em seu Regimento Interno, revisou as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, bem como suas notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e discutiu sobre elas com a administração da Companhia e com seus Auditores Independentes, concluindo que estas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas.

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças recomenda a aprovação das referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 16 de março de 2026.


Luiz Alberto Quinta
15864

Luiz Alberto Quinta


Silvio Genesini
814

Silvio Genesini


Carolina Lacerda

Maria Carolina Ferreira Lacerda

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ n.º 33.839.910/0001-11
NIRE 35.300.539.087 | Código CVM 02480-5
(Companhia Aberta)

ANEXO II**RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E FINANÇAS****1. INTRODUÇÃO**

Em conformidade com o art. 17, parágrafo 5º do Estatuto Social da Vivara Participações S.A. ("Vivara"), o Conselho de Administração, em 15 de agosto de 2019, aprovou a criação do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças ("Comitê de Auditoria"), na qualidade de órgão de assessoramento voltado ao melhor desempenho de suas funções.

O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo 3 (três) membros, dos quais ao menos 1 (um) deve ser membro independente, conforme critérios do Regulamento do Novo Mercado e ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nomeados anualmente na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária.

O Comitê de Auditoria da Vivara encontra-se atualmente composto por 3 (três) membros cujo mandato unificado de 2 (dois) anos perdurará até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer depois da realização da assembleia geral ordinária que examinar as contas do exercício social de 2026: (i) Maria Carolina Ferreira Lacerda | Coordenadora do Comitê de Auditoria; (ii) Luiz Alberto Quinta | Membro do Comitê de Auditoria; e (iii) Silvio Genesini | Membro do Comitê de Auditoria.

2. OBJETIVO

O presente relatório tem como objetivo divulgar, de forma resumida, as atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando-se as eventuais recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria, em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado e ao item 2.1 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

3. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS
L
15864
SG
814
CL

No período compreendido entre 01 de janeiro de 2025 e 16 de março de 2026, o Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente nas seguintes datas: 17 de março de 2025, 06 de maio de 2025, 05 de agosto de 2025, 05 de novembro de 2025 e 08 de dezembro de 2025 para apreciação dos seguintes temas:

- (i) Apreciação das informações financeiras trimestrais do exercício de 2025;
- (ii) Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro;
- (iii) Acompanhamento da atuação dos auditores independentes na auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- (iv) Apreciação do planejamento e resultados dos trabalhos de auditoria interna do exercício de 2025;
- (v) Apreciação do planejamento e resultados das atividades de gestão e mapa de riscos da Companhia correspondentes ao exercício de 2025;
- (vi) Apreciação do Plano de Expansão referente aos exercícios 2026 e 2027;
- (vii) Apreciação das atividades de ERP e segurança cibernética;
- (viii) Apreciação das atividades do e-commerce; inovação e relações com investidores;
- (ix) Apreciação da estrutura societária, avaliação de oportunidades de revisão do Estatuto Social e do Regimento Interno do CARF; e
- (x) Visibilidade de compliance e governança e tributário/fiscal.

4. AUDITORIA INDEPENDENTE

Os auditores independentes (KPMG Auditores Independentes Ltda.) apresentaram as principais conclusões sobre os trabalhos findos em 31 de dezembro de 2025. Ressalta-se que o Comitê de Auditoria procedeu a avaliação formal da auditoria independente com a conclusão satisfatória, inclusive com a sua independência, não tendo sido identificada nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e independência da KPMG Auditores Independentes Ltda. com relação à Vivara. O Comitê de Auditoria registra, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Vivara, a KPMG Auditores Independentes Ltda. e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

5. CONCLUSÕES

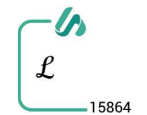
Ponderadas devidamente as responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, o Comitê de Auditoria julga que todos os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente


15864
814

divulgados no Relatório da Administração e nas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31 de dezembro de 2025, recomendando, assim, sua aprovação pelo Conselho de Administração.



SG
814



L
15864



CL

Pareceres e Declarações - Parecer do conselho fiscal ou órgão equivalente

O Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições e reponsabilidades da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., procedeu à análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao período entre 01 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025. Com fundamento nos exames realizados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração, bem como no Relatório de Revisão Especial emitido, sem ressalvas, pelos auditores independentes KPMG Auditores Independentes Ltda., este Conselho Fiscal concluiu que as referidas demonstrações contábeis estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes.

São Paulo, 18 de dezembro de 2026.

Mauro Moreira - Membro

André Coji - Membro

Guillermo Braunbeck – Membro

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período entre 01 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 18 de março de 2026.

Thiago Lima Borges - Diretor Presidente

Elias Leal Lima - Diretor Finanças e Relações com Investidores

Cassiano Lemos – Diretor de Operações

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período entre 01 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 18 de março de 2026.

Thiago Lima Borges - Diretor Presidente

Elias Leal Lima - Diretor Finanças e Relações com Investidores

Cassiano Lemos – Diretor de Operações